

RESULTADO 3T20



IBOVESPA



Índice Brasil **IBRX**

Índice de Energia Elétrica **IEE**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada **IGC**

Índice Dividendos BM&FBOVESPA **IDIV**

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado **ITAG**

Índice Brasil Amplo BM&FBOVESPA **IBRA**

Índice Valor BM&FBOVESPA **IVBX 2**

Índice Small Cap **SMLL**

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento.

A partir do 2T20, a Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receitas e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a “Receita de construção” passou a ser “Receita de implementação de infraestrutura”, (ii) a “Margem de construção” passou a ser “Margem na implementação de infraestrutura” e (iii) o “Custo de construção” passou a ser “Custo de implementação de infraestrutura”.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

12 de novembro de 2020
quinta-feira
Brasília 11h00
Nova York 9h00

Tel.: + 55 11 3181 8565 ou
+55 11 4210-1803
Dial in: +1 412 717 9627
Senha: Taesa

Marco Antonio Resende Faria	Diretor Presidente e Jurídico-Regulatório (em exercício) e Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2.	RESUMO DO RESULTADO	6
3.	VISÃO GERAL.....	8
3.1.	Estrutura Societária	8
3.2.	Estrutura Societária TBE	9
3.3.	Estrutura Societária AIE	9
4.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	10
4.1.	Desempenho Operacional	10
4.2.	Ciclo da RAP 2020-2021	12
4.3.	Queda de 50% da RAP	13
4.4.	Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	15
4.5.	Receita Líquida IFRS.....	17
4.6.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	18
4.7.	EBITDA e Margem EBITDA IFRS.....	19
4.8.	Receita Líquida Regulatória.....	20
4.9.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	21
4.10.	EBITDA e Margem EBITDA Regulatório.....	22
4.11.	Composição do EBITDA Regulatório.....	22
4.12.	Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS.....	23
4.13.	Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	23
4.14.	Resultado Financeiro Líquido	24
4.15.	Impostos.....	25
4.16.	Lucro Líquido.....	28
4.17.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	31
4.18.	Endividamento.....	32
4.19.	Investimentos	34
4.20.	Projetos em Construção	34
4.21.	Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	37
4.22.	Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19.....	38
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
5.1.	Receita IFRS por Concessão	39
5.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	40
5.3.	DRE 3T20.....	41
5.4.	DRE TAESA 9M20	42
5.5.	DRE IFRS 3T20 (Subsidiárias)	43
5.6.	DRE IFRS 9M20 (Subsidiárias)	44
5.7.	DRE Regulatório 3T20 (Subsidiárias)	45
5.8.	DRE Regulatório 9M20 (Subsidiárias)	46
5.9.	Reconciliação do EBITDA	47
5.10.	Balanço Patrimonial.....	48
5.11.	Fluxo de Caixa IFRS.....	49
5.12.	Fluxo de Caixa Regulatório.....	50

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

RETOMADA DO CRESCIMENTO E ROBUSTA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No terceiro trimestre de 2020, a Taesa apresentou um crescimento na receita operacional regulatória de 15,5% frente ao mesmo período do ano passado, em função dos empreendimentos que entraram em operação (Mariana, Miracema, EDTE e os reforços da Novatrans) e das aquisições concluídas recentemente (São João, São Pedro e Lagoa Nova), adicionando R\$ 259,1 MM de RAP para a Companhia. Já o EBITDA regulatório totalizou R\$ 317,6 MM apresentando também um importante crescimento de 15,4% na comparação com o 3T19 e registrando uma margem EBITDA de 82,9%, em linha com o mesmo período de 2019.

Esse desempenho demonstra a retomada do crescimento do resultado operacional da Taesa, após 2 anos consecutivos (2018 e 2019) de redução da receita em função das quedas contratuais da RAP das concessões de categoria 2, e reforça o comprometimento da Companhia com o pilar estratégico de crescimento sustentável.

A Taesa vem também apresentando um desempenho operacional de destaque, sendo referência em operação e manutenção de linhas de transmissão no Brasil. Nos primeiros nove meses de 2020, a taxa de disponibilidade das linhas de transmissão da Companhia atingiu 99,95% e a Parcela Variável somou R\$ 15,5 MM, o equivalente a 1,20% da RAP, já considerando a Parcela Variável dos ativos operacionais que foram internalizados em 2020.

Em termos de resultado IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 631,9 MM, 76,6% maior que o 3T19, devido aos maiores índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IGP-M que registrou 6,67% no acumulado do trimestre, às aquisições recentes e à entrada em operação de novos ativos.

Com base nesse resultado, o Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de R\$ 469,2 MM entre dividendos intercalares e juros sobre capital próprio (R\$ 1,36 / Unit), e o pagamento ocorrerá no dia 25 de novembro de 2020. Com isso, a Companhia manteve um payout de 91,4% após a exclusão dos efeitos da adoção do CPC 47 e uma distribuição total de R\$ 3,05 / Unit em 2020 aprovada até o momento.

Ao fim do trimestre, a Companhia apresentou uma robusta posição de caixa no montante de R\$ 1.799,4 MM (-18,8% versus 2T20) e uma dívida líquida de R\$ 4.623,3 MM (+4,3% no trimestre). A relação da dívida líquida / EBITDA ponderado ficou em 3,4x neste trimestre (versus 3,3x no 2T20).

A Companhia mantém seu foco na entrega dos 6 empreendimentos em construção, cujos investimentos somam R\$ 3,2 bilhões com uma RAP de R\$ 567,5 MM (considerando apenas a parcela da Taesa). É importante ressaltar que, a Taesa realizou nos nove meses de 2020 investimentos no total de R\$ 1.091,7 MM, um incremento de R\$ 661,9 MM na comparação com o mesmo período de 2019. Vale destacar ainda que todas as obras estão em andamento e que a Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos empreendimentos.

No que tange a pandemia da COVID-19, a Taesa segue mantendo todos os cuidados e protocolos de saúde e segurança recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos órgãos nacionais competentes e continua totalmente comprometida na proteção e cuidado dos seus colaboradores e dos seus ativos integrantes do Sistema Interligado Nacional.

Por fim, em reunião realizada no dia 23 de outubro o Conselho de Administração elegeu novos diretores, com data de posse para 16 de novembro. São eles: o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, o Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Sr. Fábio Antunes Fernandes como Diretor de Negócios e Gestão de Participações. O Sr. Marco Antônio Resende

Faria, que estava cumulando interinamente o cargo de Diretor Presidente, permanece como Diretor Técnico e interinamente como Diretor Jurídico e Regulatório, e o Sr. Marcus Vinicius do Nascimento permanece interinamente como Diretor de Implantação.

A Companhia reforça seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos nossos acionistas, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Receita Líquida IFRS	941,2	597,7	57,5%	2.387,3	1.367,5	74,6%
Lucro Líquido IFRS	631,9	357,8	76,6%	1.433,9	824,8	73,8%
Receita Líquida Reg.	383,3	331,9	15,5%	1.141,8	1.054,7	8,3%
EBITDA Reg.	317,6	275,2	15,4%	947,1	895,5	5,8%
Margem EBITDA Reg.	82,9%	82,9%	-0,1 pp	82,9%	84,9%	-2,0 pp
Dívida Líquida	4.624,3	2.618,6	76,6%	4.624,3	2.618,6	76,6%
Dividendos e JCP Pagos	279,3	248,7	12,3%	582,8	402,6	44,7%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Receita Líquida Reg.	490,1	435,0	12,7%	1.470,7	1.362,2	8,0%
EBITDA Reg.	410,6	365,4	12,3%	1.236,0	1.166,6	5,9%
Margem EBITDA Reg.	83,8%	84,0%	-0,2 pp	84,0%	85,6%	-1,6 pp
Dívida Líquida	5.439,5	3.025,0	79,8%	5.439,5	3.025,0	79,8%
Dívida Líquida/EBITDA	3,4	1,5	129,9%	3,4	1,5	129,9%

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 631,9 MM no 3T20, registrando um aumento de 76,6% (+R\$ 274,1 MM) em relação ao 3T19, explicado por:
 - (i) Maiores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M, com reflexo na receita de correção monetária (+R\$ 297,0 MM) e no resultado de equivalência patrimonial (+R\$ 127,2 MM);
 - (ii) Consolidação dos resultados das aquisições recentes de São João, São Pedro, Lagoa Nova, da conclusão dos reforços da Novatrans e da entrada em operação das concessões de Miracema, Mariana e EDTE, adicionando aproximadamente R\$ 158 MM no lucro líquido do trimestre;
 - (iii) Os efeitos acima foram compensados em parte por:

- a. Aumento de R\$ 70,5 MM das despesas financeiras líquidas, resultado das captações realizadas em 2020, aumento do IPCA e do menor volume de caixa em função do pagamento de juros e amortizações e maiores investimentos nos projetos em construção no período.
 - b. Maiores custos e despesas operacionais, ex-implementação, em função principalmente do início das operações das novas concessões e reajuste pela inflação.
- Lucro líquido ajustado do 9M20 foi de R\$ 1.083,3 MM, ex-efeito do CPC 47 de R\$ 350,6 MM. Após a destinação das reservas legal e de incentivo fiscal e os proventos de R\$ 521,0 MM já distribuídos sobre o resultado do 6M20, os proventos a serem distribuídos sobre o resultado do 3T20 totalizaram R\$ 469,2 MM (R\$ 1,36 / Unit), sendo aprovado hoje pelo Conselho de Administração e será pago em 25 de novembro de 2020 com a data-base de 16 de novembro. Portanto, o *payout* no acumulado do ano ficou em 91,4% do lucro líquido ajustado e de 69,1% do lucro líquido.

RESULTADO REGULATÓRIO

- No 3T20, a receita líquida totalizou R\$ 383,3 MM, registrando um crescimento de 15,5% em relação ao registrado no 3T19, explicado pela entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021, efeitos que compensaram a queda da RAP de algumas concessões.
- Custos de PMSO somaram R\$ 65,7 MM no 3T20, um aumento anual de 15,9% motivado principalmente pelo início das operações das novas concessões (Mariana, Miracema, São João, São Pedro e Lagoa Nova) e pelo reajuste inflacionário.
- O EBITDA ficou em R\$ 317,6 MM neste trimestre, 15,4% maior na comparação com o 3T19. Margem EBITDA ficou 82,9% no 3T20, em linha com o registrado no 3T19. Este desempenho é resultado do impacto positivo de aproximadamente R\$ 43 MM no EBITDA consolidado em razão das aquisições recentes (São João, São Pedro e Lagoa Nova) e da entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans.
- Despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 118,6 MM, 147,8% maior que no 3T19, resultado das captações realizadas em 2020, do aumento do IPCA e do menor volume de caixa em função do pagamento de juros e amortizações e maiores investimentos nos projetos em construção no período.
- Lucro líquido ficou em R\$ 165,5 MM no 3T20, 21,6% menor na comparação anual explicado basicamente pelo aumento das despesas financeiras líquidas, que foi superior ao crescimento do EBITDA.
- Em 30 de setembro de 2020, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 6.423,7 MM, uma redução sequencial de 3,4%. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.799,4 MM (-18,8% versus 2T20), resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.623,3 MM (+4,3% no trimestre). A relação da dívida líquida / EBITDA ponderado ficou em 3,4x (versus 3,3x no 2T20).
- Índice de disponibilidade das linhas de transmissão de 99,95% e PV de R\$ 15,5 MM (1,20% da RAP consolidada) no 9M20.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 39 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 10 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação para Rialma I)); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da São João Transmissora de Energia S.A. ("São João") e de São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("São Pedro"), após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição desses ativos, adicionando uma RAP de R\$ 96,4 MM (ciclo 2020/2021).

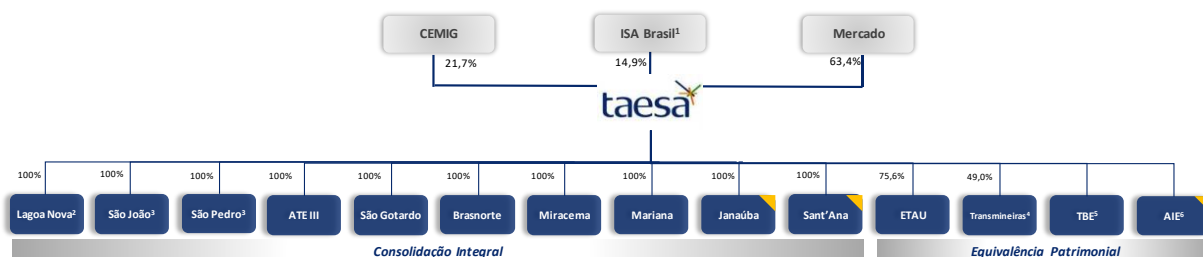
Em 13 de março de 2020, a Taesa concluiu a aquisição de 100% das ações representativas do capital total e votante da Rialma Transmissora de Energia I S.A. ("Rialma I"), após o cumprimento das condições precedentes. A Assembleia Geral Extraordinária realizada no mesmo dia, aprovou a alteração da razão social de Rialma I que passou a ser denominada Lagoa Nova Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Com relação aos empreendimentos em construção, 3 dos 9 projetos adquiridos em leilões entraram em operação ao final de 2019 e primeiro semestre de 2020. As energizações da concessão Miracema, referentes ao trecho LT 230kV Lajeado – Palmas, à nova subestação de Palmas e à adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado foram concluídas em 29 de novembro de 2019. Antes disso, a Companhia já havia energizado o trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, em 30 de setembro de 2019. Em 20 de janeiro de 2020, a última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV Poções III – Poções II (representa apenas 6% do projeto) foi concluída. Previamente, as energizações do trecho LT 500 kV Ibicoara – Poções III e da SE 500/230 kV Poções III foram concluídas em 22 de dezembro de 2019. Por último, a energização da concessão de Mariana referente a linha de transmissão de 500kV CS - Itabirito 2 - Vespasiano 2 com 82 km de extensão e duas subestações (SE 500 kV - Itabirito 2 e SE 500 kV - Vespasiano 2) foi concluída em 25 de maio de 2020.

Com isso, a Companhia concluiu a entrega dos empreendimentos Miracema, EDTE e Mariana, adicionando uma RAP de R\$ 109,1 MM (ciclo 2020-2021).

Importante destacar também que a Taesa concluiu os reforços da concessão Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17, adicionando R\$ 40,8 MM de RAP (ciclo 2020-2021). Os bancos de capacitores Serra da Mesa e Gurupi Sul, referentes a REA 6306/17, foram energizados em 21 de outubro de 2019, e os bancos de capacitores Gurupi Norte e Miracema, referentes a REA 6369/17, foram energizados, respectivamente, em 28 de outubro e 18 de novembro de 2019.

Após a conclusão das operações e das entregas dos projetos e reforços em construção mencionadas acima, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica é a nova razão social de Rialma I concessão adquirida pela Taesa em 13 de março de 2020

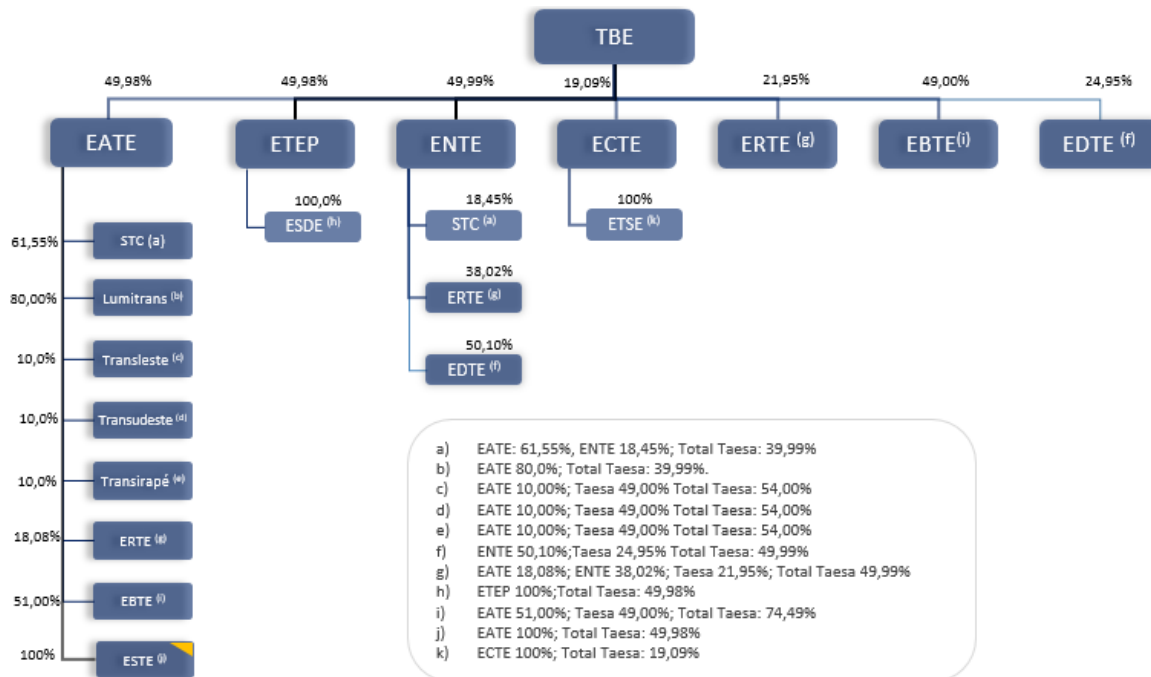
³ A aquisição da São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020.

⁴ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapê (54,0%), Transister (54,0%) e Transudester (54,0%)

⁵ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alugar.

⁶ AIE - Aliança Inteligência Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

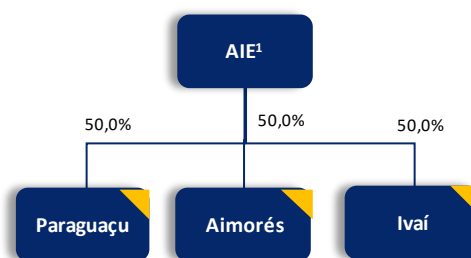
3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

Em construção

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

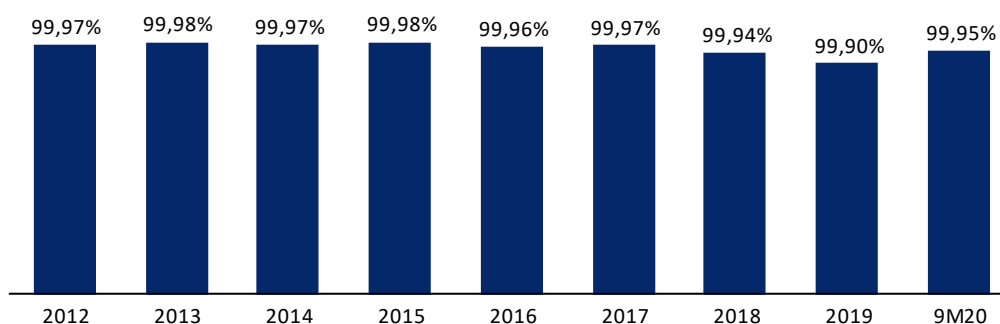
em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

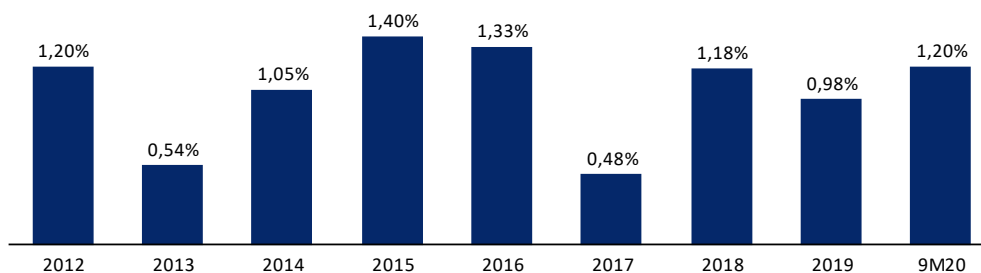
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro semestre de 2020, um índice de disponibilidade da linha de 99,95%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV acumulada no 9M20 foi de R\$ 15,5 MM, uma piora de R\$ 7,2 MM em comparação ao mesmo período de 2019, resultado principalmente pelos desligamentos/provisões ocorridos em São João, Novatrans, e TSN, destacando os seguintes eventos no 9M20: (i) São João: dois desligamentos automáticos na LT 500 kV Gilbués II São João Piauí C1, um deles devido ao incêndio no reator 500 kV RE7-08 no terminal da SE Gilbués II em julho de 2019 e o outro devido ao desligamento de urgência para tracionamento de cabos para alinhamento de cadeia de Isoladores em janeiro de 2020; (ii) Novatrans: ocorrência com explosão do Banco de Capacitores MCCL7-02 na SE Gurupi em fevereiro de 2020, desligamento de Capacitores Série TCSC 500kV IZCL-05 devido a falha no módulo de controle em março de 2020, manutenção corretiva nas SCC de Bypass dos Bancos 9489 (GUR) e MCSSL7-07 (MIR), sendo necessário o desligamento da LT para realizar ajustes provisórios em maio de 2020, e manutenção corretiva na Torre 257 da LT 500 kV Colinas/Miracema C2 em setembro de 2020, devido a dano causado por colisão de uma máquina agrícola; (iii) TSN: desenergização da LT 500 kV Serra da Mesa II/Rio das Éguas, devido atuação de relé de gás no reator RT SDRE7-02 em abril de 2020; (iv) ETEO: falha após desligamento de LT Assis / Sumaré para controle de tensão e inserção do RTL no barramento da SE em abril de 2020; e (v) ATE I: Falha no sistema de câmeras referente a chave seccionadora 4529-378

da SE Assis durante a isolação da LT 525kV Assis / Araraquara para controle de tensão em abril de 2020. Os eventos acima relacionados da concessão de São João foram indenizados no 2T20 pelos vendedores conforme acordado no contrato de compra e venda, uma vez que o fator gerador destes eventos ocorreram antes da data de fechamento da aquisição, embora a materialização da efetivação da PV tenha acontecido após o fechamento.

4.2. Ciclo da RAP 2020-2021

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.275/2020 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2020-2021, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T20. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 6,51%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 1,88%.

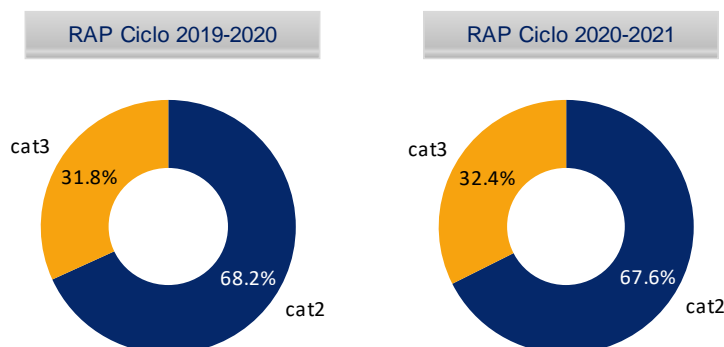
RAP (R\$ MM)	Ciclo 2018-2019	Ciclo 2019-2020	Ciclo 2020-2021
Ajuste IGP-M	4,26%	7,64%	6,51%
Novatrans ²⁸	413,5	330,9	351,8
TSN ²	279,6	301,0	325,1
Munirah	38,0	40,9	29,0
GTESA	5,8	5,5	5,9
PATESA ²	26,1	18,1	17,4
ETAU ¹²	25,2	38,5	29,9
ETEO	91,9	98,9	105,4
NTE ²	125,2	86,3	92,1
STE ²	85,3	48,6	50,6
ATE I ²	155,4	167,3	115,1
ATE II ²	240,3	258,7	275,5
EATE ¹²⁸	113,6	122,2	129,0
ETEP ¹	25,6	27,6	29,4
ENTE ¹	117,4	102,0	67,3
ECTE ¹	9,4	10,2	10,8
ERTE ¹²	26,3	19,5	15,3
Lumitrans ¹²	11,1	12,0	12,7
Transleste ¹	12,8	24,7	19,3
Transirapé ¹	10,2	20,1	22,2
Transudeste ¹	7,6	15,3	16,3
Subtotal	1.820,4	1.748,3	1.720,1
Ajuste IPC-A	2,86%	4,66%	1,88%
ATE III ²³⁵	119,8	125,4	127,7
São Gotardo ³	5,2	5,4	5,5
Mariana ³	14,7	15,4	16,4
Miracema ³⁸	62,1	65,0	59,7
Janaúba ³⁴	185,4	194,1	197,7
Aimorés ¹³⁴	37,9	39,7	40,4
Paraguaçu ¹³⁴	56,6	59,2	60,4
Brasnorte ¹²³	10,2	27,6	28,0
STC ¹²³	18,1	18,9	19,2
EBTE ¹²³	35,8	34,4	36,4
ESDE ¹³	6,7	7,0	7,2
ETSE ¹²³	3,8	4,0	4,1
ESTE ¹³⁴	53,6	56,1	57,2
Ivaí ¹³⁴	140,5	147,0	149,8
EDTE ¹³⁸	33,0	34,6	33,0
Sant'Ana ⁴	59,0	60,9	62,1
São João ⁶		47,6	49,8
São Pedro ⁶		44,9	46,5
Lagoa Nova ⁷		12,6	12,9
Subtotal	842,4	999,8	1.013,9
Total	2.662,8	2.748,1	2.734,1

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2020-2021 é de R\$ 2.734 MM, sendo 50,0% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2020-2021 ficou em R\$ 2.167 MM, contra R\$ 2.176 MM para o ciclo 2019-2020, considerando a conclusão do empreendimento Mariana apenas no ciclo 2020-2021.

O reajuste da RAP para o ciclo 2020-2021 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah, PATESA, ETAU, STE, ATE I, ENTE, ERTE e Transleste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **TSN e Mariana** apresentaram entrada em operação de reforços; e (iii) **NTE, ETEP, Lumitrans, Transirapé, EBTE, Brasnorte, STC, Mariana, São João e São Pedro** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Vale destacar ainda: (i) conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e Transmineiras no 2T19; (ii) aquisição de 11,624% de participação na Brasnorte em ago/19; (iii) energização dos empreendimentos Miracema (nov/19), EDTE (jan/20) e Mariana (mai/20); (iv) conclusão dos reforços da Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17 em nov/19; (v) conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fev/20; e (vi) conclusão da aquisição de Lagoa Nova em mar/20. Maiores detalhes na seção 3.1.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁶ Aquisição concluída em 14 de fevereiro de 2020

⁷ Aquisição concluída em 13 de março de 2020

⁸ RAP do ciclo 2020-2021 com pleito de retificação junto a ANEEL

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para o ciclo 2016-2017, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Para os ciclos 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020 e 2020-2021, as seguintes concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.

Para os ciclos futuros, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.

- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

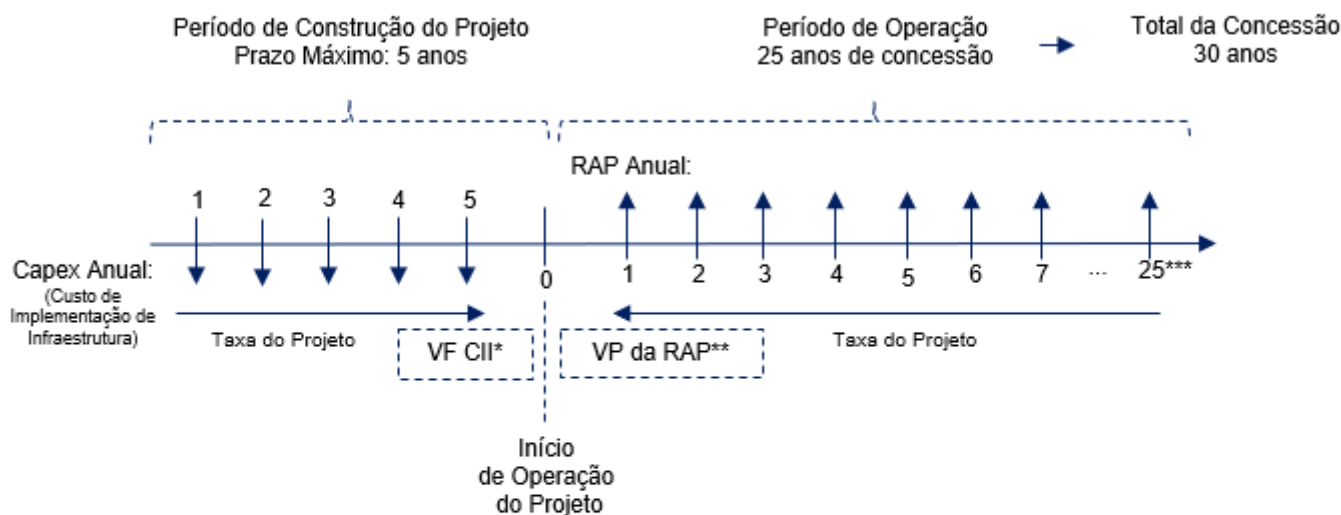
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão (“Taxa do Projeto”). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



O cálculo da **Margem de Implementação de Infraestrutura** é feito pela diferença entre o VP da RAP e o VF CII:

- (i) VF CII = VP da RAP → Margem de Implementação = 0
- (ii) VF CII > VP da RAP → Margem de Implementação < 0
- (iii) VF CII < VP da RAP → Margem de Implementação > 0

* VF CII: Valor Futuro do Custo de Implementação de Infraestrutura
 ** VP da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (Formação do Ativo Contratual)
 ***VP dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura passa a constituir uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de implementação era igual ao custo de implementação mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de implementação impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de implementação passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também o juro de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetária do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de implementação de infraestrutura.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores;
- (ii) Para Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 e destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal;
- (iii) Para Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 e destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 521.647.147,86, sendo R\$ 501.234.767,69 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de setembro de 2020, os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 no resultado líquido somam R\$ 350.608.784,81.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

Vale destacar que, a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia, a conta de Reserva Especial será utilizada para futura distribuição de dividendos, tendo em vista que a adoção do CPC 47 não tem efeito caixa (a eficiência/ineficiência do projeto é contabilizada como margem de construção durante a fase de construção dos projetos com efeito puramente contábil no resultado em IFRS).

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 3T20 foi de R\$ 941,2 MM, 57,5% maior que o 3T19, devido ao aumento em todas as linhas da receita, em função das aquisições recentes e entrada em operação de algumas concessões, mas principalmente pelo crescimento expressivo da correção monetária do ativo contratual explicado pela forte alta do IGP-M.

A Receita Líquida IFRS do 9M20 foi de R\$ 2.387,3 MM, 74,6% maior que o registrado no 9M19.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2020 foram: IGP-M de 1,56%, 2,23% e 2,74% (acumulado +6,67%), e IPCA de 0,26%, 0,36% e 0,24% (acumulado +0,86%), referente aos meses de junho, julho e agosto de 2020, respectivamente. No terceiro trimestre de 2019, o IGP-M foi de 0,80%, 0,40% e -0,67% (acumulado +0,52%), e IPCA de 0,01%, 0,19% e 0,11% (acumulado +0,31%), referente aos respectivos meses de 2019.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Operação e manutenção		174,8	157,6	10,9%	501,1	449,6	11,5%
Remuneração do ativo contratual de concessão		164,0	128,5	27,7%	477,0	377,9	26,2%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		314,2	17,2	1731,6%	514,1	128,9	298,8%
Implementação de infraestrutura		367,7	354,6	3,7%	1.107,1	555,1	99,5%
Total Receitas IFRS		1.020,7	657,8	55,2%	2.599,4	1.511,5	72,0%
Parcela variável		(6,0)	(6,0)	-0,1%	(15,5)	(8,3)	86,4%
Outras receitas operacionais		6,6	2,8	139,1%	26,6	7,8	243,1%
Receita operacional bruta		1.021,3	654,5	56,0%	2.610,5	1.511,0	72,8%
PIS e COFINS		(64,4)	(39,2)	64,0%	(171,4)	(84,9)	101,9%
ISS		(0,18)	(0,04)	298,8%	(0,36)	(0,13)	174,1%
ICMS		(0,05)	(0,02)	157,0%	(0,09)	(0,05)	87,8%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(15,5)	(17,5)	-11,5%	(51,4)	(58,4)	-12,1%
Deduções da receita operacional bruta		(80,1)	(56,8)	41,0%	(223,2)	(143,5)	55,5%
Receita operacional líquida		941,2	597,7	57,5%	2.387,3	1.367,5	74,6%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 10,9% da receita de O&M se deve principalmente (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021, de 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2020 a junho de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.275/20, (ii) à entrada em operação das concessões de Miracema ao fim de 2019 e de Mariana em maio de 2020, e (iii) à conclusão da aquisição da São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em março de 2020.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 3T20 apresentou um aumento de 27,7% na comparação anual devido (i) à conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em março de 2020, (ii) à entrada em operação das concessões de Miracema ao fim do ano passado e de Mariana em maio deste ano, e (iii) à conclusão dos reforços da Novatrans ao final de

2019. Estes eventos compensaram o efeito natural da amortização do saldo do ativo contratual pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou um crescimento de R\$ 297,0 MM entre o 3T20 e o 3T19, principalmente em razão do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IGP-M que registrou 6,67% no acumulado do trimestre contra 0,52% no mesmo trimestre de 2019, conforme apresentado mais acima. Cabe mencionar que o impacto desse aumento dos índices macroeconômicos na receita de correção monetária também foi influenciado pela consolidação dos novos ativos (São João, São Pedro, Lagoa Nova, Miracema, Mariana e reforços de Novatrans) no ano de 2020.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O crescimento anual de 3,7% na receita de implementação se deve basicamente aos maiores investimentos em Janaúba e Sant'Ana e no reforço de São Pedro que foram compensados em parte pela conclusão do empreendimento de Miracema e dos reforços de Novatrans, ambos ao final do ano passado.
- **Parcela variável (PV):** A PV ficou praticamente em linha na comparação anual. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento anual de R\$ 3,8 MM se deve principalmente à contabilização das receitas provenientes da Rede de Fronteira e DIT (Demais Instalações) de São Pedro e Miracema.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 41,0% na comparação entre o 3T20 e 3T19. As variações mencionadas ocorrem em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15). Este aumento foi compensado em parte pela redução dos encargos setoriais. Para maiores detalhes vide seção 4.8.

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 287,6 MM no 3T20, 27,6% maior quando comparado ao 3T19.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no 9M20 R\$ 863,3 MM, 89,2% maior quando comparado ao mesmo período de 2019.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Pessoal		(43,2)	(35,5)	21,6%	(122,9)	(98,1)	25,3%
Material		(220,6)	(168,0)	31,3%	(665,2)	(294,5)	125,9%
Serviço de terceiros		(16,0)	(13,8)	16,3%	(50,4)	(41,0)	22,9%
Outros		(3,2)	(4,3)	-25,3%	(12,7)	(12,4)	2,9%
Total		(283,0)	(221,6)	27,7%	(851,2)	(446,0)	90,9%
Depreciação e amortização		(4,6)	(3,8)	21,6%	(12,1)	(10,4)	16,6%
Total		(287,6)	(225,4)	27,6%	(863,3)	(456,4)	89,2%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 21,6% na comparação entre o 3T20 e o 3T19 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45%, conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da entrada em operação de Miracema e Mariana, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de

quadro. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 5,45% é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 (6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA).

- **Material:** O aumento anual de R\$ 52,6 MM se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos em construção de Janaúba (+R\$ 124,0 MM) e Sant'Ana (+R\$ 27,2 MM) e no reforço de São Pedro (+R\$ 3,7 MM), parcialmente compensado pela queda nos investimentos dos empreendimentos concluídos de Miracema, Mariana e de reforços da Novatrans e TSN.
- **Serviços de terceiros:** O crescimento de 16,3% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas com limpeza de faixa de servidão, contratação de consultorias estratégicas, aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova, e pela entrada em operação de Mariana e Miracema. Esse aumento foi compensado em parte pelos menores gastos com viagens.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução de 25,3% devido à (i) receita referente a venda de material em desuso da concessão Mariana; (ii) menores gastos com seguros (Responsabilidade Operacional); (iii) indenizações referentes às aquisições de São Pedro e São João; e (iv) baixa de ativos na concessão de Miracema no 3T19.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de 21,6% se deve basicamente pela remensuração de contratos de arrendamentos financeiros dentro do escopo do CPC 06 (R2), o que gerou um aumento na depreciação do 3T20 em comparação ao 3T19.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 3T20, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 658,2 MM com margem EBITDA de 69,9%. O aumento de 75,0% do EBITDA IFRS na comparação contra o 3T19 se deu basicamente em razão aos maiores índices macroeconômicos registrados no período que impactaram positivamente a receita de correção monetária do ativo contratual em R\$ 297,0 MM.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Receita líquida		941,2	597,7	57,5%	2.387,3	1.367,5	74,6%
Custos e despesas		(283,0)	(221,6)	27,7%	(851,2)	(446,0)	90,9%
EBITDA		658,2	376,1	75,0%	1.536,1	921,5	66,7%
Margem EBITDA		69,9%	62,9%	7,0 pp	64,3%	67,4%	-3,0 pp

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 3T20 alcançou R\$ 383,3 MM, 15,5% maior que o registrado no 3T19, explicado pela entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 9M20 somou R\$ 1.141,8 MM, apresentando um aumento anual de 8,3%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP em 16,6% entre o 3T20 e o 3T19 é explicado, basicamente, pela entrada em operação das concessões de Miracema e Mariana e dos reforços da Novatrans, pela conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2020-2021 (6,51% em IGP-M e 1,88% em IPCA). O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP da Munirah, PATESA, STE e ATE I (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) ficou praticamente em linha na comparação anual. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Outras receitas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 8,6 MM referente à parcela de ajuste de São João, definida na resolução homologatória 2.275/20, em função do processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo, cujo valor total foi acertado via conta garantia, portanto não havendo impacto financeiro para a TAESA.

A redução dos encargos setoriais se deve à queda de 50% da RAP, conforme mencionado acima, uma vez que as novas concessões que impactaram o resultado são dispensadas do recolhimento da tarifa de Reserva Global de Reversão – RGR, de acordo com a Lei nº 12.783/2013 que dispensa esse recolhimento para as concessões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
RAP Concessionárias		438,2	375,9	16,6%	1.288,2	1.181,8	9,0%
Parcela Variável		(6,0)	(6,0)	-0,1%	(15,5)	(8,3)	86,4%
Receita do Serviço		432,2	369,9	16,9%	1.272,7	1.173,5	8,5%
Outras receitas operacionais		(8,4)	0,3	n/a	(7,8)	1,0	n/a
Receita operacional bruta		423,9	370,1	14,5%	1.264,9	1.174,5	7,7%
PIS e COFINS		(24,8)	(20,7)	20,1%	(71,2)	(61,1)	16,6%
ISS		(0,18)	(0,0)	298,8%	(0,4)	(0,1)	174,1%
ICMS		(0,05)	(0,0)	157,0%	(0,1)	(0,05)	87,8%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(15,5)	(17,5)	-11,5%	(51,4)	(58,4)	-12,1%
Total Deduções		(40,5)	(38,2)	6,1%	(123,1)	(119,7)	2,8%
Receita operacional líquida		383,3	331,9	15,5%	1.141,8	1.054,7	8,3%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 127,6 MM no 3T20, 20,2% maior quando comparado ao 3T19. Os custos de PMSO somaram R\$ 65,7 MM, registrando um acréscimo anual de 15,9%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no 9M20, alcançaram R\$ 374,3 MM, 22,8% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 9M20 R\$ 194,8 MM, registrando um aumento de 22,3%

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Pessoal		(43,2)	(35,5)	21,6%	(122,9)	(98,1)	25,3%
Material		(1,0)	(0,8)	24,9%	(2,1)	(1,5)	36,4%
Serviço de terceiros		(16,0)	(13,8)	16,3%	(50,4)	(41,0)	22,9%
Outros		(5,5)	(6,6)	-16,5%	(19,4)	(18,6)	4,1%
Total		(65,7)	(56,7)	15,9%	(194,8)	(159,3)	22,3%
Depreciação e amortização		(61,9)	(49,4)	25,1%	(179,5)	(145,5)	23,4%
Total		(127,6)	(106,1)	20,2%	(374,3)	(304,7)	22,8%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 127,6 MM no 3T20 (+20,2% versus 3T19). Esse aumento é explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 21,6% na comparação entre o 3T20 e o 3T19 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45%, conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da entrada em operação de Miracema e Mariana, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 5,45% é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 (6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA).
- **Material:** O aumento de R\$ 24,9% entre o 3T20 e o 3T19 se deve aos maiores gastos com manutenção e à conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova.
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento de 16,3% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas com limpeza de faixa de servidão, contratação de consultorias estratégicas, aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova, e pela entrada em operação de Mariana e Miracema. Esse aumento foi compensado em parte pela redução dos gastos com viagens.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução de 25,3% devido à (i) receita referente a venda de material em desuso da concessão Mariana; (ii) menores gastos com seguros (Responsabilidade Operacional); (iii) indenizações referentes às aquisições de São Pedro e São João; e (iv) baixa de ativos na concessão de Miracema no 3T19.
- **Depreciação e Amortização:** O aumento da depreciação é referente às unitizações dos reforços da Novatrans, da entrada em operação de Miracema e da aquisição das empresas São João, São Pedro e Lagoa Nova.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 3T20 atingiu R\$ 317,6 MM, 15,4% maior com o registrado no 3T19 e uma margem EBITDA de 82,9%. Conforme mencionado anteriormente, a queda de 50% da RAP de algumas concessões, associado aos maiores custos e despesas operacionais, foram compensados pela entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, pela aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário da RAP.

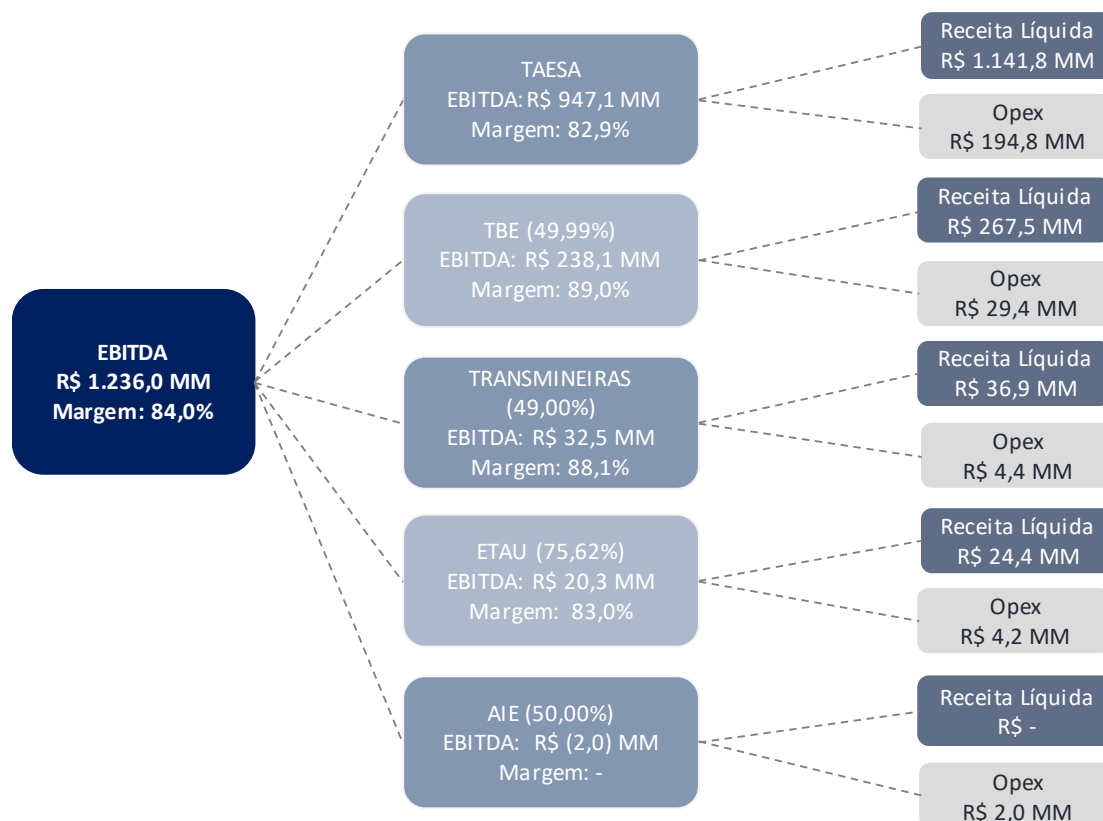
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Receita líquida	383,3	331,9	15,5%	1.141,8	1.054,7	8,3%
Custos e despesas	(65,7)	(56,7)	15,9%	(194,8)	(159,3)	22,3%
EBITDA	317,6	275,2	15,4%	947,1	895,5	5,8%
Margem EBITDA	82,9%	82,9%	-0,1 pp	82,9%	84,9%	-2,0 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório nos primeiros nove meses de 2020, considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 3T20 totalizou R\$ 207,4 MM, 158,5% maior que o 3T19. Já nos nove primeiros meses de 2020, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 478,4 MM, 133,6% maior que o mesmo período de 2019.

Equivalência Patrimonial IFRS

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
ETAU		23,8	5,9	306,0%	30,6	9,6	218,6%
TBE		122,6	55,0	122,7%	289,7	153,1	89,3%
Aimorés		9,0	5,7	58,3%	35,0	5,9	494,9%
Paraguaçu		7,5	8,9	-15,2%	46,2	14,4	221,4%
Ivaí		28,2	2,5	1029,4%	44,1	7,9	459,0%
Transmineiras		16,3	2,3	606,2%	32,9	10,8	204,8%
Total Equivalência Patrimonial		207,4	80,2	158,5%	478,4	204,8	133,6%

O aumento de 158,5% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 3T20 e o 3T19, se deve principalmente à variação positiva na receita de correção monetária no resultado da TBE, Transmineiras e ETAU, em função do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos, e aos maiores investimentos nas concessões em construção (ESTE, que faz parte da TBE, Aimorés e Ivaí), compensado parcialmente por menores investimentos nas concessões Paraguaçu e EDTE – esta última entrou em operação em janeiro de 2020.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T20 totalizou R\$ 32,2 MM, 33,1% menor que o registrado no 3T19. No 9M20, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em 130,3 MM, redução de 11,2% na comparação com o 9M19.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
ETAU		2,7	4,2	-36,3%	11,3	10,6	6,5%
TBE		51,4	49,0	5,0%	167,1	158,6	5,4%
Aimorés		(0,1)	(0,1)	5,0%	(0,3)	(0,5)	-27,3%
Paraguaçu		(0,2)	(0,2)	0,3%	(0,5)	(0,6)	-23,7%
Ivaí		(16,8)	(0,2)	9593,6%	(31,7)	(0,3)	11766,8%
Transmineiras		8,8	9,1	-3,4%	25,3	17,4	45,4%
Resultado das Controladas		45,9	61,9	-25,8%	171,3	187,6	-8,7%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%	(40,9)	(40,9)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		32,2	48,2	-33,1%	130,3	146,7	-11,2%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T20 apresentou uma redução de 33,1% na comparação anual em função do corte de 50% na RAP da ETAU e da Transleste, que faz parte da Transmineiras, e das despesas financeiras da 1ª emissão de debêntures de Ivaí ocorrida em dezembro de 2019. Vale mencionar que o corte da RAP em duas concessões da TBE, ERTE e ENTE, foi compensado pelo reajuste da RAP do ciclo 2020-2021 e pela entrada em operação da EDTE em janeiro de 2020.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 119,3 MM no 3T20, 144,4% maior que o registrado no 3T19. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 118,6 MM, 147,8% maior na comparação anual.

No 9M20 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 282,6 MM, apresentando um aumento de 53,1% contra 9M19. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 280,5 MM, 54,0% maior em relação aos nove primeiros meses de 2019.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de "Arrendamento") e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir de 2019, o resultado financeiro IFRS apresenta diferença em relação ao resultado financeiro regulatório, somente na linha de "Arrendamento".

Resultado Financeiro IFRS

	R\$ MM	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Receitas Financeiras		10,7	34,0	-68,6%	33,0	74,8	-55,9%
Renda de aplicação financeira		10,7	34,0	-68,6%	33,0	74,8	-55,9%
Despesas Financeiras		(130,0)	(82,8)	56,9%	(315,6)	(259,3)	21,7%
Juros incorridos		(84,9)	(67,4)	26,0%	(234,1)	(169,9)	37,8%
Variações monetárias e cambiais		(42,6)	(10,6)	299,7%	(68,7)	(76,3)	-9,9%
Ajuste ao valor justo		0,0	(0,0)	-	0,0	(0,0)	n/a
Arrendamento		(0,7)	(0,9)	-26,7%	(2,1)	(2,4)	-12,5%
Outras despesas/receitas financeiras		(1,8)	(3,8)	-53,6%	(10,6)	(10,7)	-1,0%
Total IFRS		(119,3)	(48,8)	144,4%	(282,6)	(184,6)	53,1%

A redução anual de 68,6% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão principalmente da queda do CDI, que registrou 0,50% neste trimestre contra 1,52% no 3T19. Essa linha também foi afetada negativamente pelo menor volume médio de caixa aplicado em função dos pagamentos de juros e amortizações no montante de R\$ 337,2 MM (4ª e 5ª emissões de debêntures da Taesa) e dos maiores investimentos nos projetos em construção neste trimestre, além da menor rentabilidade alcançada nas aplicações este trimestre.

O aumento de 26,0% na comparação anual na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao maior volume de dívida entre os períodos comparados, em função da 8ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 300 MM em janeiro de 2020, da 9ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 450 MM em abril de 2020, das duas cédulas de crédito bancário de R\$ 350 MM e de R\$ 100 MM, em favor do Banco Citibank e Bradesco, respectivamente, ambos em abril de 2020, da 2ª emissão de debêntures de Janaúba no montante de R\$ 575 MM em dezembro de 2019 e do financiamento preexistente de R\$ 62,7 MM do BNB com a Lagoa Nova, ativo recentemente adquirido. O efeito do aumento da dívida mais que compensou a queda do CDI nos juros incorridos do período uma vez que a dívida em CDI representa apenas 27% da dívida bruta total – percentual em 30 de setembro de 2020.

O aumento de R\$ 32,0 MM na linha de variações monetárias e cambiais, na comparação entre o 3T20 e o 3T19, é explicada pelo aumento da inflação acumulada de 1,24% do IPCA registrada no 3T20 (contra 0,26% no 3T19) associada ao maior volume de dívida em IPCA em decorrência da 7ª e 8ª emissões de debêntures da Taesa, da 2ª emissão de debêntures de Janaúba e do financiamento preexistente do BNB com a Lagoa Nova.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma redução de 53,6% na comparação anual, explicado, pela redução de despesas em função das emissões das debêntures da Taesa e Janaúba e pela redução das despesas de PIS/COFINS sobre as aplicações financeiras.

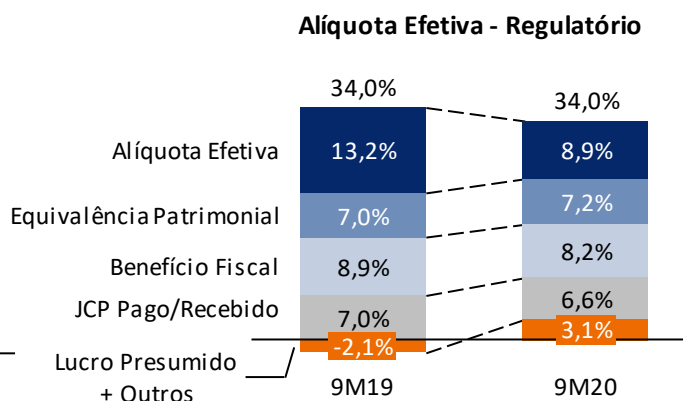
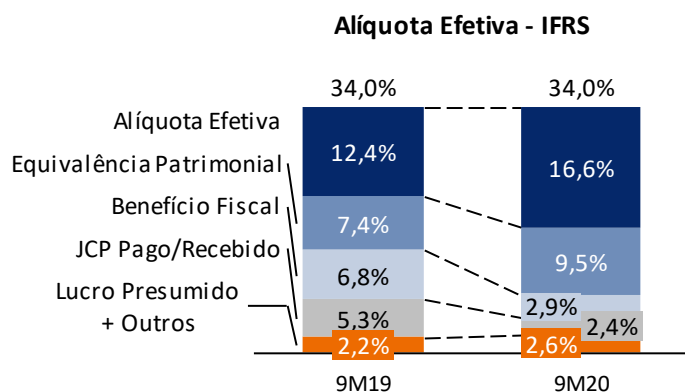
A linha de Arrendamento registrou uma redução de 26,7% devido às amortizações dos contratos de arrendamento entre os períodos comparados.

4.15. Impostos

O aumento de 139,1% no Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado, entre o 3T20 e 3T19, é explicado pelo aumento anual de 83,7% no lucro antes dos impostos, queda de 14,5% no JCP pagos e pela redução do incentivo fiscal SUDAM/SUDENE, reflexo da alteração do cálculo do adicional do imposto de renda do lucro da exploração no 3T19, cujo impacto foi de R\$ 15,2 MM naquele trimestre referente aos exercícios de 2018 e 2019.

R\$ MM	IFRS			IFRS			
	Conciliação Imposto	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Lucro antes do Impostos		741,7	403,8	83,7%	1.719,8	941,2	82,7%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%		(252,2)	(137,3)	83,7%	(584,7)	(320,0)	82,7%
Equivalência Patrimonial		70,5	27,3	158,5%	162,7	69,6	133,6%
SUDAM/SUDENE		17,1	34,4	-50,4%	50,5	63,6	-20,6%
JCP Pago/Recebido		20,0	23,4	-14,5%	40,8	49,8	-18,1%
Empresas Lucro Presumido		42,6	17,6	141,9%	53,2	33,5	58,8%
Outros		(7,8)	(11,3)	451,5%	(8,3)	(12,9)	-35,9%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado		(109,8)	(45,9)	139,1%	(285,8)	(116,4)	145,6%
Alíquota Efetiva		14,8%	11,4%	3,4 pp	16,6%	12,4%	4,3 pp

R\$ MM	Regulatório			Regulatório			
	Conciliação Imposto	3T20	3T19	Var.%	9M20	9M19	Var.%
Lucro antes do Impostos		169,4	226,1	-25,1%	617,4	714,6	-13,6%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%		(57,6)	(76,9)	-25,1%	(209,9)	(243,0)	-13,6%
Equivalência Patrimonial		11,0	16,4	-33,1%	44,3	49,9	-11,2%
SUDAM/SUDENE		17,1	34,4	-50,4%	50,5	63,6	-20,6%
JCP Pago/Recebido		20,0	23,4	-14,5%	40,8	49,8	-18,1%
Empresas Lucro Presumido		5,7	(12,3)	n/a	18,9	(14,2)	n/a
Outros		0,0	(0,0)	n/a	0,3	(0,8)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado		(3,9)	(15,0)	-74,3%	(55,1)	(94,6)	-41,8%
Alíquota Efetiva		2,3%	6,7%	436,9%	8,9%	13,2%	-4,3 pp



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

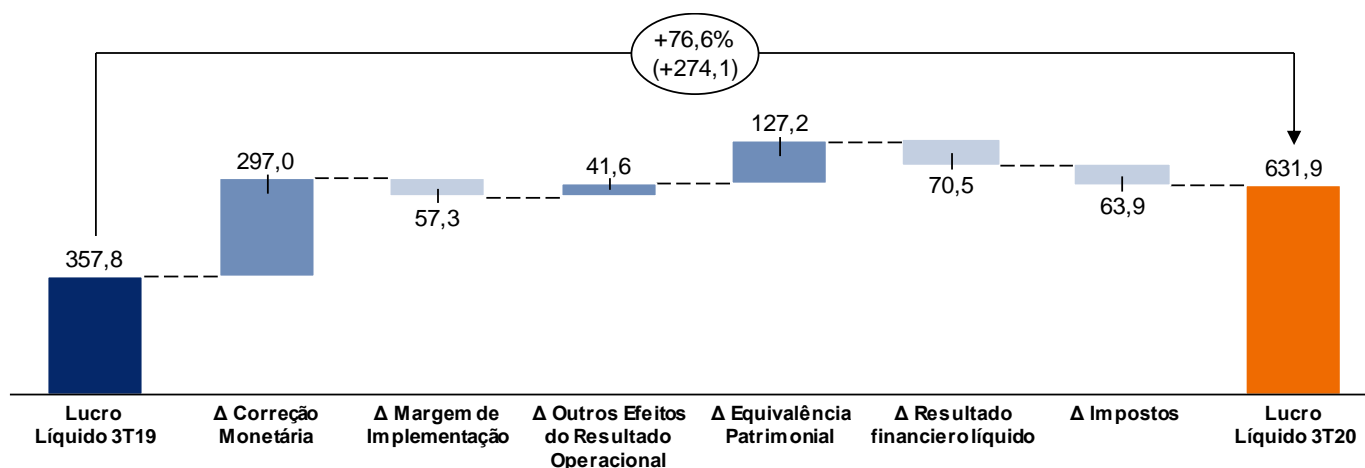
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências passadas, no 4T17 a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

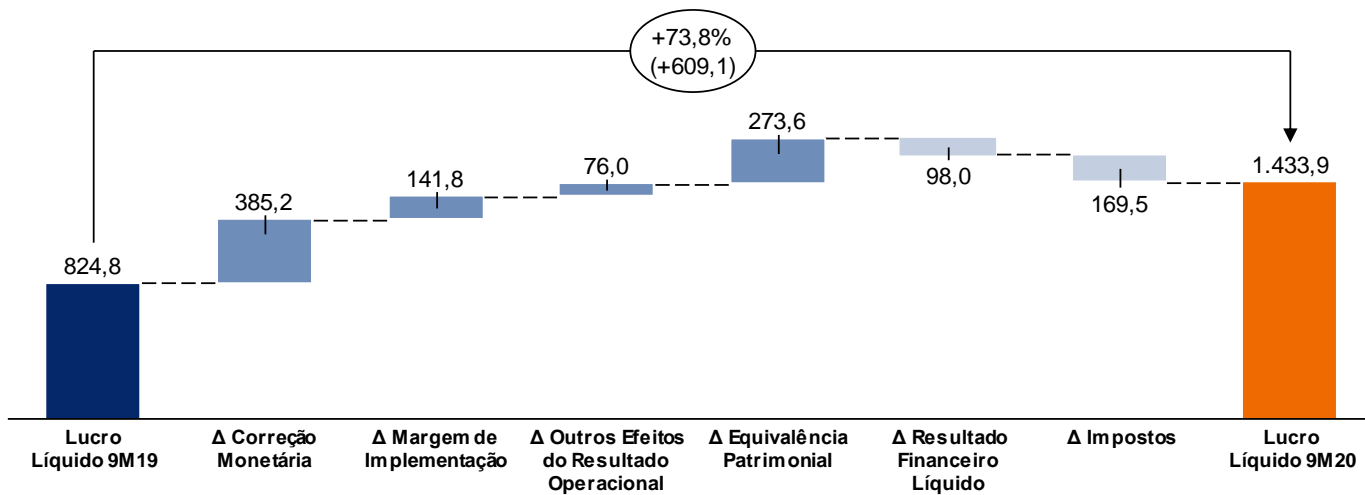
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 631,9 MM no 3T20, 76,6% maior que o registrado no 3T19. Nos nove primeiros meses de 2020, o Lucro Líquido IFRS somou R\$ 1.433,9 MM, 73,8% maior na comparação com o mesmo período de 2019.

Lucro Líquido IFRS – 3T20:

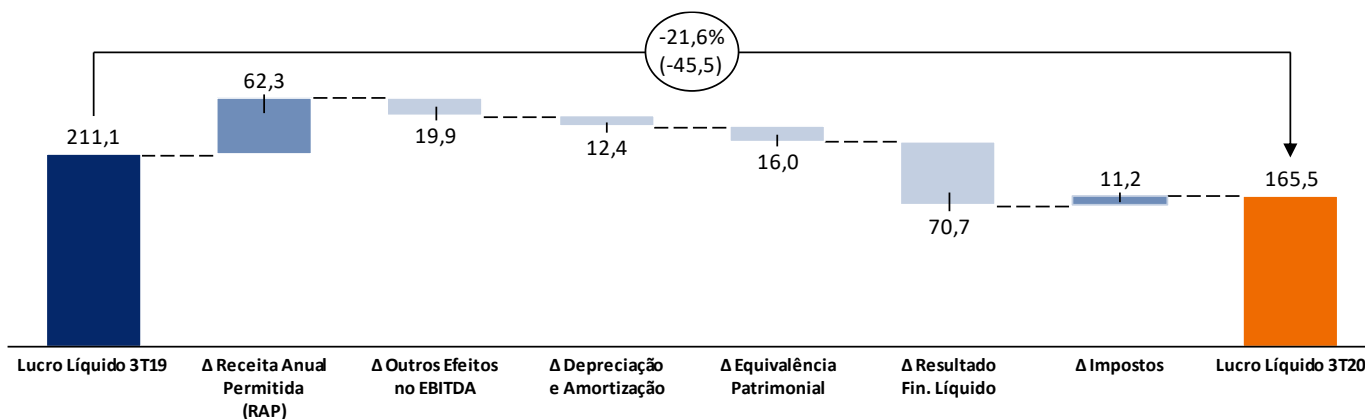


Lucro Líquido IFRS – 9M20:

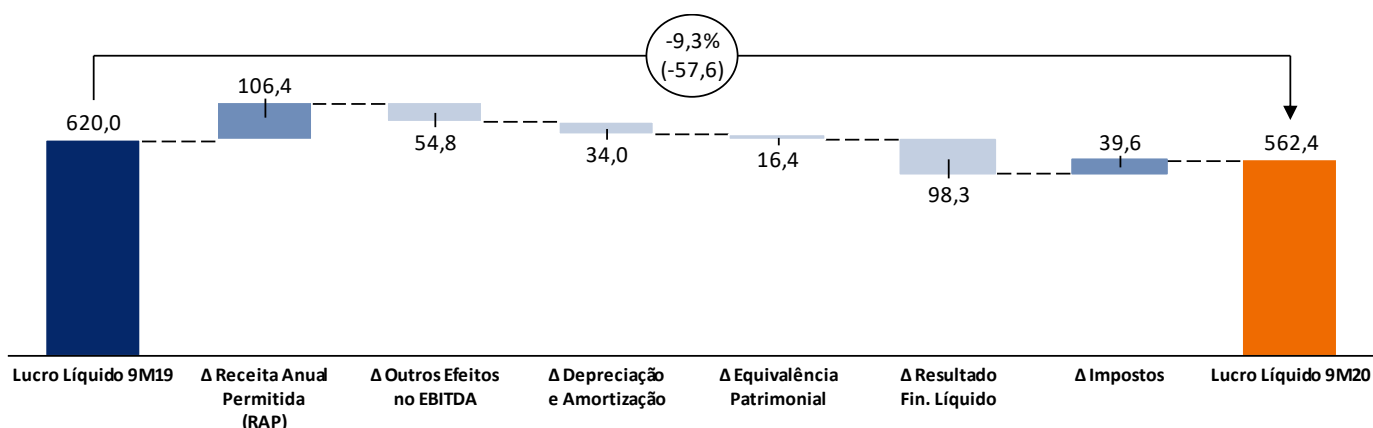


Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 165,5 MM no 3T20, apresentando uma redução anual de 21,6%. Já no 9M20 o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 562,4 MM, 9,3% menor que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 3T20:



Lucro Líquido Regulatório – 9M20:



Lucro Líquido Ajustado

A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de implementação. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado - 9M20

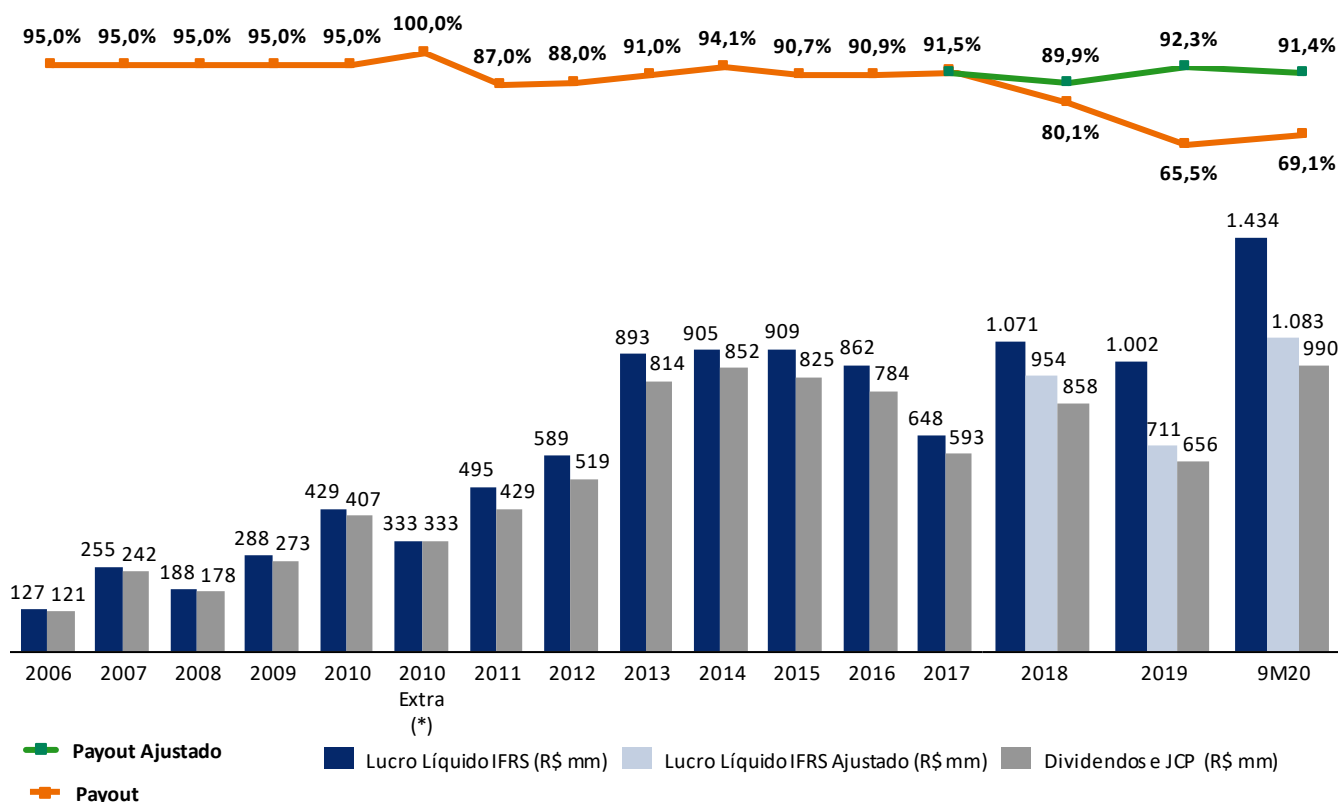
	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		501.137		501.137
Remuneração do ativo contratual de concessão		476.981	(16.184)	460.797
Correção monetária do ativo contratual de concessão		514.126		514.126
Implementação de Infraestrutura		1.107.106	(377.288)	729.818
Outras receitas operacionais		26.635		26.635
Parcela variável		(15.453)		(15.453)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		2.610.533	(393.473)	2.217.060
PIS e COFINS		(171.399)	35.107	(136.292)
ISS		(360)		(360)
ICMS		(85)		(85)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(51.395)		(51.395)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(223.239)	35.107	(188.132)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.387.293	(358.365)	2.028.928
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				
Pessoal		(122.912)		(122.912)
Material		(665.229)	35.903	(629.326)
Serviços de terceiros		(50.368)		(50.368)
Depreciação e amortização		(12.101)		(12.101)
Outras despesas operacionais		(12.724)		(12.724)
Custos e despesas		(863.334)	35.903	(827.431)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.523.959	(322.463)	1.201.497
Resultado de equivalência patrimonial		478.419	(148.554)	329.865
Renda de aplicação financeira		32.963		32.963
Despesas financeiras		(315.568)		(315.568)
Resultado financeiro		(282.605)	-	(282.605)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.719.774	(471.016)	1.248.758
Imposto de Renda e Contribuição Social		(285.825)	120.407	(165.418)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.433.949	(350.609)	1.083.340
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)		1.433.949	(350.609)	1.083.340
Participação dos acionistas não-controladores		-		-
		Reserva legal 5%	17.530	(54.167)
		Reserva de incentivo fiscal		(38.961)
		Reserva especial - adoção inicial CPC 47	333.078	-
		Lucro distribuível	990.212	990.212
		Payout	69,1%	91,4%

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 26 de agosto de 2020, a Taesa pagou R\$ 279,3 MM (R\$ 0,81076180101 / Unit), com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020, segregados da seguinte forma: (i) R\$ 220,5 MM (R\$ 0,64018294146 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 58,8 MM (R\$ 0,17057885955 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP).

Adicionalmente, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 410,8 MM (R\$ 1,19237597898 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 58,4 MM (R\$ 0,16956630837 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 469,2 MM (R\$ 1,36194228735 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 25 de novembro de 2020, a partir da data-base de 16 de novembro de 2020.

Com isso, o *payout* no acumulado do ano ficou em 91,4% do lucro líquido ajustado e de 69,1% do lucro líquido.



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 3T20, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 6.423,7 MM, 3,4% menor que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.799,4 MM, registrando uma redução de 18,8% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.624,3 MM, 4,3% maior que o 2T20.

R\$ MM					
Dívida Líquida	3T20	% Dív Bruta	2T20	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	642,2	10,0%	916,6	13,8%	-29,9%
Taxa Fixa	9,0	0,1%	9,0	0,1%	0,0%
CDI	121,2	1,9%	400,5	6,0%	-69,7%
IPCA	512,0	8,0%	507,1	7,6%	1,0%
Longo Prazo	5.781,6	90,0%	5.732,0	86,2%	0,9%
Taxa Fixa	13,1	0,2%	15,4	0,2%	-14,5%
CDI	1.589,9	24,7%	1.589,4	23,9%	0,0%
IPCA	4.178,6	65,0%	4.127,2	62,1%	1,2%
Endividamento Total	6.423,7	100,0%	6.648,5	100,0%	-3,4%
(-) Caixa e Aplicações *	(1.799,4)		(2.215,0)		-18,8%
(=) Dívida Líquida	4.624,3		4.433,5		4,3%

* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

Ao fim do 3T20 a dívida bruta totalizou R\$ 6.423,7 MM e o caixa R\$ 1.799,4 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.624,3 MM. A redução de 3,4% da dívida bruta no período se deve basicamente ao pagamento de amortização e juros da 1ª e 2ª séries da 4ª emissão de debêntures e da 5ª emissão de debêntures (série única) da Taesa, no montante total de R\$ 337,2 MM.

A redução de 18,8% no Caixa e Aplicações é explicada principalmente pelo (i) pagamento de proventos no valor de R\$ 279,3 MM, (ii) desembolso de Capex para os projetos em construção no valor de R\$ 224,7 MM, (iii) pagamento de amortização e de juros de dívida no valor de R\$ 348,5 MM, e (iv) aportes nas controladas em conjunto que estão em construção no valor de R\$ 26,0 MM. Essa redução foi compensada em parte pela geração de caixa operacional no trimestre de R\$ 308 MM e dividendos recebidos da coligadas e controladas no valor de R\$ 144,0 MM.

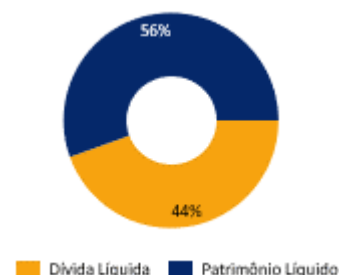
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 8.115,5 MM e o caixa de R\$ 2.676,0 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 797,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 199,3 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 10,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 18,9 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 56,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 10,8 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 827,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 647,6 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,4x no 3T20, acima do registrado no 2T20 (3,3x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas, esse indicador seria de 3,8x no 3T20, em linha com o registrado no 2T20.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	6.423,7	1.799,4	4.624,3
ETAU (75,6%)	10,4	18,9	-8,6
TBE (49,99%)	797,5	199,3	598,2
Transmineiras (49%)	56,2	10,8	45,4
AIE (50%)	827,7	647,6	180,1
TOTAL	8.115,5	2.676,0	5.439,5

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	401.628	18.629	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	1.067.106	52.010	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	CDI	-1.716	0	105% CDI	AAA.br	Set/2020	Bullet	1
	4ª Debêntures	IPCA	279.781	531	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	549.522	6.969	IPCA + 5,9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	439.933	7.748	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	206.089	4.454	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	492.497	21.685	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	282.621	10.008	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	9ª Debêntures	CDI	448.017	10.935	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	CCB Bradesco	CDI	99.737	2.367	CDI + 2,55%	-	Abr/2021	Bullet	1
	CCB Citibank	CDI	348.487	3.592	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	SWAP - Citibank*	CDI	350.999	0	106,0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	CDI	106.487	0	3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	106.485	0	3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	53.342	0	3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	53.217	0	3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	52.372	0	3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	54.596	0	3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	167	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
FINAME	pré-fix	5.711	6	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	10.470	13	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	210	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12	
SGT	FINAME	pré-fix	5.504	6	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	223.172	17.201	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	550.225	21.663	4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	58.055	1.180	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES	Selic	1.251	2	SELIC + 3,76%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES	TJLP	1.275	5	TJLP + 5,20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	19	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	226	1	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	7.552	28	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.974	37	116% CDI	-	Set/2021	Bullet	1
	6ª Debêntures	CDI	15.220	2	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	25.401	4	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.657	590	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
EBTE	1st Debentures	CDI	44.903	8	112% CDI	-	jun/23	Mensal	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.930	11.126	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	11.823	2	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.508	42	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
ENTE	CCB Santander	CDI	15.147	186	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/25	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.894	109	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
ETEP	CCB Santander	CDI	49.588	608	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	3ª Debêntures	CDI	15.093	3	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
ETSE	CBB Santander	CDI	44.624	547	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	BNDES	TJLP	5.055	16	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
ESTE	BNDES - FINAME	pré-fix	2.683	4	3,5% a.a.	-	Nov/2023	Mensal	12
	1ª Debêntures	IPCA	195.035	10.706	4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	5.870	30	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.941	86	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	15.513	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	4.288	6	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	895	45	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	2.065	88	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	10.479	2	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.635	96	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	13.189	2	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	796.299	31.413	4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			7.880.747	234.798					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 9M20, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 1.091,7 MM contra R\$ 429,8 MM investidos no 9M19, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 661,9 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores investimentos em quase todos os projetos (exceto Miracema, EDTE e Mariana), com destaque para Janaúba e Ivaí, que registraram, respectivamente, um aumento de R\$ 471,8 MM e de R\$ 191,7 MM entre 9M20 e 9M19.

Projetos em construção

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)							TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	9M20	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	17.446	161.983
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	519.873	676.879
Aimorés				3.923	3.638	65.877	75.425	148.863
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	101.953	223.161
Ivaí				8.662	12.740	46.190	217.685	285.278
ESTE				868	4.546	6.243	84.630	96.286
EDTE					14.635	175.155	1.837	191.626
Sant'Ana						32.172	72.820	104.992
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.091.669	2.157.634

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia. O ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 6 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 4.844 MM e uma RAP de R\$ 875 MM (ciclo 2020-2021). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.206,9 MM com uma RAP proporcional de R\$ 567,5 MM. Vale destacar que 3 empreendimentos, Miracema, EDTE e Mariana e os reforços da Novatrans foram concluídos recentemente, passando a adicionar para Taesa uma RAP total de R\$ 149,9 MM – ciclo 2020-2021 (vide seção 3.1 para maiores detalhes).

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2020-21) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	16,4	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	59,7	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote IV)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	66,0	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2º Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	114,4	486	fev/17	fev/22	Em andamento
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	197,7	960	fev/17	fev/22	Em andamento
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	80,9	341	fev/17	fev/22	Em andamento
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	120,7	510	fev/17	fev/22	Em andamento
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	299,5	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	62,1	610	mar/19	mar/23	Em andamento
TOTAL		2.854 km		R\$ 1.017 MM	R\$ 5.595 MM			

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização concluída em 25 de maio de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo em 8 de junho de 2020, com data de entrada em operação comercial retroativa ao dia 4 de junho de 2020.
- Concessão em operação.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019. Energização dos demais trechos concluída em 29 de novembro de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Avanço físico em 35%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.

- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 70%.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 84%.

Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 84%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 50%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em 9 de abril de 2020.
- Licença de Instalação pendente referente à LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3, que representa aproximadamente um terço da extensão total das linhas de transmissão dessa concessão, com trâmite de liberação em curso.
- Avanço físico em 32%.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A TAESA nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de assegurar a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia sempre atuou em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade a elas em seu relatório socioambiental, que é um documento exigido pela ANEEL. Entretanto, a Companhia percebeu que era importante avançar na comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

A TAESA realizou um trabalho com uma consultoria especializada para avaliar a maturidade em ASG e traçar um plano de ação. A avaliação inicial da consultoria demonstrou um grau bem satisfatório de maturidade e aderência às boas práticas ASG pela TAESA. A partir desse trabalho e buscando um aprimoramento contínuo das práticas ASG, no âmbito do negócio de transmissão, a Companhia definiu um plano de ação de 4 anos (2020 a 2023).

Dentre as ações mapeadas, a Companhia já implementou as seguintes:

- Signatário do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Evolução do Relatório Socioambiental com adequação às práticas ASG
- Emissão de 4 debêntures verdes
- Elaboração de uma Política de Biodiversidade
- Certificação *Great Place to Work*
- Projetos de Responsabilidade Social

Para mais informações, acesse o site de RI e o 12º Relatório de Responsabilidade Socioambiental da TAESA (2019): https://ri.taesa.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Taesa_Relat%C3%B3rio-2019_digital_alta_site.pdf

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início deste ano foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- Suspensão de viagens (exceto O&M e Implementação) e reuniões presenciais;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”).

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Crise e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,95% em 9M20);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento;
- A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – aumento no Capex de 154,0% entre 9M20 e 9M19.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável (R\$ 1,8 bilhão em caixa), sem vencimento de dívida relevante até primeiro semestre de 2021;
- Adequado nível de alavancagem (3,4x dívida líquida / EBITDA);
- 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados;
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM						3T20
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV	
NOVATRANS	45,5	65,6	0,5	33,3	(2,3)	
TSN	12,4	27,7	0,4	62,4	(0,3)	
MUNIRAH	1,3	5,0	(0,4)	4,2	-	
GTESA	0,6	1,3	-	0,6	(0,0)	
PATESA	1,9	5,5	(0,0)	1,5	-	
ETEO	9,0	19,8	-	12,6	(1,3)	
NTE	10,9	16,7	0,0	10,3	(0,1)	
STE	6,5	14,5	(0,0)	4,1	0,0	
ATE	12,2	22,0	0,0	7,9	(0,9)	
ATE II	16,7	38,1	0,0	17,8	(0,5)	
ATE III	8,2	3,4	0,0	11,4	0,4	
ETAU	1,7	37,3	-	2,8	(0,0)	
BRASNORTE	5,6	0,7	-	0,6	(0,0)	
SÃO GOTARDO	0,8	0,5	-	0,2	(0,4)	
SÃO JOÃO	8,6	35,9	-	1,9	-	
SÃO PEDRO	7,1	13,3	3,9	1,5	(0,1)	
LAGOA NOVA	2,6	(4,6)	-	0,4	(0,0)	
MARIANA	1,6	33,4	-	0,4	(0,2)	
MIRACEMA	12,3	15,1	-	3,7	(0,3)	
JANAÚBA	-	-	319,7	-	-	
SANT'ANA	-	-	43,5	-	-	
AIMORÉS	-	-	34,0	-	-	
PARAGUAÇÚ	-	-	24,7	-	-	
IVÁI	-	-	213,3	-	-	
EATE	14,0	52,9	-	5,7	(0,1)	
EBTE	4,2	15,6	-	2,3	-	
ECTE	1,1	4,1	-	0,4	-	
EDTE	9,2	3,1	29,8	1,3	-	
ENTE	7,5	29,7	-	2,9	(0,1)	
ERTE	1,4	(21,3)	-	1,0	-	
ESDE	1,0	0,6	-	0,3	(0,0)	
ESTE	-	-	54,5	-	-	
ETEP	2,9	10,4	-	1,8	-	
ETSE	0,6	0,4	-	0,1	(0,0)	
LUMITRANS	0,8	3,4	-	0,4	-	
STC	1,0	0,5	-	0,7	(0,0)	
TRANSIRAPE	1,6	4,4	1,1	0,6	-	
TRANSLESTE	2,1	4,5	-	0,4	(0,0)	
TRANSUDESTE	1,3	3,4	-	0,4	-	
Total	214,6	463,1	725,0	196,0	(6,2)	

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual	Ativo Contratual 2T20	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 3T20
NOVATRANS	10,3%	1.227,0	45,5	65,6	0,5	33,3	(88,0)	1.283,9
TSN	10,8%	612,3	12,4	27,7	0,4	62,4	(81,3)	634,1
MUNIRAH	12,4%	44,4	1,3	5,0	(0,4)	4,2	(7,2)	47,3
GTESA	11,1%	23,9	0,6	1,3	-	0,6	(1,5)	25,0
PATESA	7,7%	104,9	1,9	5,5	(0,0)	1,5	(4,4)	109,5
ETEO	10,4%	356,7	9,0	19,8	-	12,6	(26,3)	371,9
NTE	15,0%	306,9	10,9	16,7	0,0	10,3	(23,0)	321,8
STE	10,4%	259,7	6,5	14,5	(0,0)	4,1	(12,7)	272,0
ATE	9,6%	531,3	12,2	22,0	0,0	7,9	(28,8)	544,6
ATE II	8,5%	815,3	16,7	38,1	0,0	17,8	(68,9)	818,9
ATE III ¹	6,7%	506,4	8,2	3,4	0,0	11,4	(35,3)	494,3
ETAU	3,5%	60,8	1,7	37,3	-	2,8	(12,4)	90,2
BRASNORTE	11,0%	210,2	5,6	0,7	-	0,6	(7,1)	210,1
SÃO GOTARDO ¹	5,0%	65,9	0,8	0,5	-	0,2	(1,4)	66,0
SÃO JOÃO ¹	6,0%	549,7	8,6	35,9	-	1,9	(12,9)	583,2
SÃO PEDRO ¹	6,3%	472,6	7,1	13,3	3,9	1,5	(10,4)	488,1
LAGOA NOVA ¹	9,2%	119,7	2,6	(4,6)	-	0,4	(3,2)	114,9
MARIANA ¹²	4,7%	185,2	1,6	33,4	-	0,4	(2,9)	217,7
MIRACEMA ¹²	9,9%	510,4	12,3	15,1	-	3,7	(17,1)	524,4
JANAÚBA ¹²	10,0%	986,0	-	-	319,7	-	-	1.305,7
SANT'ANA ¹²	8,0%	72,2	-	-	43,5	-	-	115,7
AIMORÉS ¹²	10,0%	240,0	-	-	34,0	-	-	274,0
PARAGUAÇÚ ¹²	10,0%	377,8	-	-	24,7	-	-	402,4
IVAI ¹²	10,0%	245,8	-	-	213,3	-	-	459,1
EATE	6,6%	866,1	14,0	52,9	-	5,7	(32,7)	906,0
EBTE ¹	4,4%	372,5	4,2	15,6	-	2,3	(9,4)	385,3
ECTE	6,3%	73,4	1,1	4,1	-	0,4	(2,7)	76,3
EDTE ¹²	10,2%	297,6	9,2	3,1	29,8	1,3	(10,2)	330,7
ENTE	6,0%	512,6	7,5	29,7	-	2,9	(16,9)	535,82
ERTE	5,3%	136,3	1,4	(21,3)	-	1,0	(3,8)	113,6
ESDE ¹	6,6%	63,3	1,0	0,6	-	0,3	(1,7)	63,5
ESTE ¹²	10,0%	106,9	-	-	54,5	-	-	161,4
ETEP	6,4%	185,9	2,9	10,4	-	1,8	(7,4)	193,7
ETSE ¹	5,6%	45,7	0,6	0,4	-	0,1	(1,1)	45,8
LUMITRANS	5,1%	66,5	0,8	3,4	-	0,4	(3,1)	67,9
STC ¹	4,9%	79,0	1,0	0,5	-	0,7	(3,7)	77,6
TRANSIRAPE	7,7%	84,0	1,6	4,4	1,1	0,6	(4,8)	86,8
TRANSLESTE	10,5%	84,1	2,1	4,5	-	0,4	(4,4)	86,8
TRANSUDESTE	8,0%	65,5	1,3	3,4	-	0,4	(3,6)	66,9
Total		11.924,6	214,6	463,1	725,0	196,0	(550,2)	12.973,1

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

5.3. DRE 3T20

DRE

	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	3T20	3T19	Var	3T20	3T19	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	438.190	375.850	16,6%
Operação e manutenção	174.826	157.576	10,9%	-	-	0,0%	
Remuneração do ativo contratual de concessão	164.004	128.472	27,7%	-	-	0,0%	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	314.156	17.152	1731,6%	-	-	0,0%	
Receita de Implementação de Infraestrutura	367.699	354.562	3,7%	-	-	0,0%	
Outras receitas operacionais	6.583	2.757	138,8%	(8.357)	250	-	
Parcela variável	(5.969)	(5.974)	-0,1%	(5.969)	(5.974)	-0,1%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.021.300	654.544	56,0%	423.864	370.126	14,5%	
PIS e COFINS	(64.379)	(39.249)	64,0%	(24.849)	(20.694)	20,1%	
ISS	(176)	(44)	300,4%	(176)	(44)	300,4%	
ICMS	(46)	(18)	158,0%	(46)	(18)	158,0%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(15.478)	(17.480)	-11,5%	(15.477)	(17.480)	-11,5%	
Outras deduções	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
Deduções da receita operacional bruta	(80.079)	(56.791)	41,0%	(40.548)	(38.236)	6,0%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	941.221	597.753	57,5%	383.316	331.890	15,5%	
Pessoal	(43.187)	(35.522)	21,6%	(43.187)	(35.522)	21,6%	
Material	(220.581)	(167.996)	31,3%	(995)	(797)	24,9%	
Serviços de terceiros	(16.022)	(13.778)	16,3%	(16.022)	(13.778)	16,3%	
Outras despesas operacionais	(3.241)	(4.346)	-25,4%	(5.509)	(6.594)	-16,4%	
Custos e Despesas	(283.031)	(221.642)	27,7%	(65.713)	(56.691)	15,9%	
Depreciação e amortização	(4.611)	(3.790)	21,7%	(61.855)	(49.446)	25,1%	
Custos, Despesas e D&A	(287.642)	(225.432)	27,6%	(127.568)	(106.137)	20,2%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	653.579	372.321	75,5%	255.748	225.753	13,3%	
Resultado de equivalência patrimonial	207.405	80.244	158,5%	32.236	48.207	-33,1%	
Renda de aplicação financeira	10.667	34.019	-68,6%	10.667	34.019	-68,6%	
Despesas financeiras	(129.955)	(82.827)	56,9%	(129.264)	(81.883)	57,9%	
Empréstimos e financiamentos	(25.213)	(33.361)	-24,4%	(25.213)	(33.361)	-24,4%	
- Juros incorridos	(7.929)	(3.646)	117,5%	(7.929)	(3.646)	117,5%	
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
- Variação cambial	(20.822)	(29.035)	-28,3%	(20.822)	(29.035)	-28,3%	
- Ajuste ao valor justo	3.538	(680)	-	3.538	(680)	-	
Instrumentos financeiros derivativos	11.116	24.245	-54,2%	11.116	24.245	-54,2%	
- Juros incorridos	(6.168)	(2.288)	169,6%	(6.168)	(2.288)	169,6%	
- Variação cambial	20.822	29.035	-28,3%	20.822	29.035	-28,3%	
- Ajuste ao valor justo	(3.538)	(2.502)	41,4%	(3.538)	(2.502)	41,4%	
Debêntures	(113.386)	(68.921)	64,5%	(113.386)	(68.921)	64,5%	
- Juros incorridos	(70.833)	(62.115)	14,0%	(70.833)	(62.115)	14,0%	
- Variações monetárias	(42.553)	(6.806)	525,2%	(42.553)	(6.806)	525,2%	
Despesa Financeira – Arrendamento	(691)	(943)	-26,7%	-	-	0,0%	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(1.781)	(3.847)	-53,7%	(1.781)	(3.847)	-53,7%	
Resultado financeiro	(119.288)	(48.808)	144,4%	(118.597)	(47.866)	147,8%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	741.696	403.757	83,7%	169.387	226.094	-25,1%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(109.782)	(45.917)	139,1%	(3.865)	(15.041)	-74,3%	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	631.914	357.840	76,6%	165.522	211.053	-21,6%	
EBITDA	658.190	376.112	75,0%	317.604	275.200	15,4%	
Margem EBITDA	69,9%	62,9%	7,0 pp	82,9%	82,9%	-0,1 pp	

5.4. DRE TAESA 9M20

DRE

	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	9M20	9M19	Var	9M20	9M19	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	(0)	(0)		1.288.202	1.181.799	9,0%
Operação e manutenção	501.137	449.607	11,5%		-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	476.981	377.947	26,2%		-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	514.126	128.912	298,8%		-	-	0,0%
Receita de Implementação de Infraestrutura	1.107.106	555.075	99,5%		-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	26.635	7.762	243,1%		(7.838)	962	-
Parcela variável	(15.453)	(8.289)	86,4%		(15.453)	(8.289)	86,4%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.610.532	1.511.014	72,8%		1.264.911	1.174.472	7,7%
PIS e COFINS	(171.399)	(84.893)	101,9%		(71.222)	(61.107)	16,6%
ISS	(361)	(132)	174,4%		(361)	(132)	174,1%
ICMS	(85)	(45)	87,8%		(85)	(45)	87,8%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(51.395)	(58.447)	-12,1%		(51.395)	(58.447)	-12,1%
Outras deduções	-	-	0,0%		-	-	0,0%
Deduções da receita operacional bruta	(223.240)	(143.517)	55,5%		(123.063)	(119.731)	2,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.387.292	1.367.497	74,6%		1.141.848	1.054.741	8,3%
Pessoal	(122.912)	(98.094)	25,3%		(122.912)	(98.094)	25,3%
Material	(665.229)	(294.534)	125,9%		(2.089)	(1.532)	36,3%
Serviços de terceiros	(50.368)	(40.999)	22,9%		(50.368)	(40.999)	22,9%
Outras despesas operacionais	(12.721)	(12.362)	2,9%		(19.387)	(18.632)	4,1%
Custos e Despesas	(851.230)	(445.989)	90,9%		(194.756)	(159.257)	22,3%
Depreciação e amortização	(12.102)	(10.374)	16,7%		(179.512)	(145.472)	23,4%
Custos, Despesas e D&A	(863.332)	(456.363)	89,2%		(374.268)	(304.729)	22,8%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	9.811	-100,0%		-	-	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.523.960	920.945	65,5%		767.580	750.012	2,3%
Resultado de equivalência patrimonial	478.419	204.843	133,6%		130.321	146.704	-11,2%
Renda de aplicação financeira	32.963	74.760	-55,9%		32.963	74.760	-55,9%
Despesas financeiras	(315.567)	(259.341)	21,7%		(313.428)	(256.897)	22,0%
Empréstimos e financiamentos	(170.572)	(38.493)	343,1%		(170.572)	(38.493)	343,1%
- Juros incorridos	(19.727)	(11.744)	68,0%		(19.727)	(11.744)	68,0%
- Variações monetárias	-	-	0,0%		-	-	0,0%
- Variação cambial	(159.925)	(27.990)	471,4%		(159.925)	(27.990)	471,4%
- Ajuste ao valor justo	9.080	1.241	631,7%		9.080	1.241	631,7%
Instrumentos financeiros derivativos	141.466	16.621	751,1%		141.466	16.621	751,1%
- Juros incorridos	(9.379)	(6.288)	49,2%		(9.379)	(6.288)	49,2%
- Variação cambial	159.925	27.332	485,1%		159.925	27.332	485,1%
- Ajuste ao valor justo	(9.080)	(4.423)	105,3%		(9.080)	(4.423)	105,3%
Debêntures	(273.725)	(224.320)	22,0%		(273.725)	(224.320)	22,0%
- Juros incorridos	(205.037)	(151.902)	35,0%		(205.037)	(151.902)	35,0%
- Variações monetárias	(68.688)	(72.418)	-5,2%		(68.688)	(72.418)	-5,2%
Despesa Financeira – Arrendamento	(2.139)	(2.445)	-12,5%		-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(10.597)	(10.705)	-1,0%		(10.597)	(10.705)	-1,0%
Resultado financeiro	(282.604)	(184.581)	53,1%		(280.465)	(182.137)	54,0%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.719.775	941.207	82,7%		617.436	714.580	-13,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(285.826)	(116.362)	145,6%		(55.062)	(94.623)	-41,8%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.433.949	824.845	73,8%		562.374	619.958	-9,3%
EBITDA	1.536.062	921.508	66,7%		947.091	895.484	5,8%
Margem EBITDA	64,3%	67,4%	-3,0 pp		82,9%	84,9%	-2,0 pp

5.5. DRE IFRS 3T20 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE IFRS	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção		2.796	17.025	-	-	-	1.360
Remuneração do ativo contratual de concessão		1.726	43.964	-	-	-	4.955
Correção monetária do ativo contratual de concessão		37.337	99.324	-	-	-	12.265
Receita de Implementação de Infraestrutura		-	84.313	33.958	24.690	213.335	1.068
Outras receitas operacionais		1.242	2.725	-	-	-	1.593
Parcela variável		(30)	(212)	-	-	-	(28)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		43.072	247.139	33.958	24.690	213.335	21.213
PIS e COFINS		(2.409)	(16.068)	(3.141)	(2.284)	(19.733)	(765)
ISS		-	-	-	-	-	-
ICMS		-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(369)	(3.446)	-	-	-	(545)
Outras deduções		-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(2.778)	(19.514)	(3.141)	(2.284)	(19.733)	(1.310)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		40.294	227.625	30.816	22.406	193.601	19.902
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal		(215)	(4.876)	(105)	(157)	(175)	(167)
Material		(468)	(36.323)	(17.136)	(10.825)	(134.134)	(1.044)
Serviços de terceiros		(1.342)	(4.138)	(53)	(60)	(151)	(840)
Outras despesas operacionais		(21)	(1.370)	(0)	(0)	(0)	(139)
Custos e Despesas		(2.046)	(46.708)	(17.294)	(11.043)	(134.460)	(2.190)
Depreciação e amortização		(0)	(23)	(11)	(14)	(12)	(13)
Custos, Despesas e D&A		(2.046)	(46.730)	(17.306)	(11.057)	(134.472)	(2.203)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		38.248	180.895	13.511	11.349	59.129	17.699
Resultado de equivalência patrimonial		-	1.765	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		73	807	55	43	3.678	46
Despesas financeiras		(238)	(10.806)	(2)	(2)	(20.096)	(633)
Juros incorridos		(215)	(7.172)	-	-	-	(550)
Variações monetárias e cambiais		(7)	(2.974)	-	-	-	(66)
Ajuste ao valor justo		-	-	-	-	-	-
Arrendamento		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(16)	(660)	(2)	(2)	(20.096)	(16)
Resultado financeiro		(164)	(9.999)	53	41	(16.418)	(586)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		38.084	172.661	13.563	11.391	42.710	17.112
Imposto de Renda e Contribuição Social		(14.250)	(50.095)	(4.612)	(3.873)	(14.522)	(765)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		23.834	122.566	8.952	7.518	28.189	16.347
EBITDA		38.248	180.917	13.522	11.364	59.141	17.712
Margem EBITDA		94,9%	79,5%	43,9%	50,7%	30,5%	89,0%

5.6. DRE IFRS 9M20 (Subsidiárias)

	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	10.220	48.306	-	-	-	-	3.858
Remuneração do ativo contratual de concessão	3.898	125.427	-	-	-	-	14.923
Correção monetária do ativo contratual de concessão	40.953	191.948	-	-	-	-	22.443
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	190.497	141.861	190.002	348.399	-	1.068
Outras receitas operacionais	3.188	8.000	-	-	-	-	3.782
Parcela variável	(31)	(521)	-	-	-	-	(719)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	58.228	563.658	141.861	190.002	348.399	45.356	
PIS e COFINS	(2.962)	(35.555)	(13.122)	(17.575)	(32.227)	(1.628)	
ISS	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.194)	(10.683)	-	-	-	-	(1.563)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(4.156)	(46.238)	(13.122)	(17.575)	(32.227)	(3.192)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	54.072	517.420	128.739	172.427	316.172	42.164	
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal	(446)	(15.009)	(258)	(437)	(544)	(1.837)	
Material	(559)	(91.722)	(75.425)	(101.953)	(217.685)	(1.085)	
Serviços de terceiros	(3.680)	(10.829)	(177)	(182)	(344)	(2.337)	
Outras despesas operacionais	(7)	(3.541)	(11)	(12)	(13)	(212)	
Custos e despesas	(4.692)	(121.101)	(75.871)	(102.584)	(218.586)	(5.471)	
Depreciação e amortização	(283)	(96)	(33)	(42)	(36)	(40)	
Custos, Despesas e D&A	(4.976)	(121.197)	(75.905)	(102.626)	(218.622)	(5.510)	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	49.096	396.223	52.834	69.801	97.550	36.654	
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.954	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	197	2.187	167	207	15.128	146	
Despesas financeiras	(787)	(22.288)	(17)	(22)	(45.885)	(2.232)	
Juros incorridos	(707)	(17.456)	-	-	-	(2.092)	
Variações monetárias e cambiais	(33)	(3.099)	-	-	-	(94)	
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(47)	(1.733)	(17)	(22)	(45.885)	(47)	
Resultado financeiro	(590)	(20.101)	150	186	(30.756)	(2.086)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	48.507	380.076	52.984	69.986	66.794	34.568	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.778)	(90.344)	(18.015)	(23.795)	(22.710)	(1.689)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	30.729	289.732	34.970	46.191	44.084	32.879	
EBITDA	49.380	396.319	52.868	69.843	97.586	36.694	
Margem EBITDA	91,3%	76,6%	41,1%	40,5%	30,9%	87,0%	

5.7. DRE Regulatório 3T20 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	7.433	94.793	-	-	-	13.270
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	1.298	-	-	-	110
Parcela variável	(30)	(212)	-	-	-	(28)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.403	95.879	-	-	-	13.352
PIS e COFINS	(347)	(4.651)	-	-	-	(489)
ISS	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(369)	(3.446)	-	-	-	(545)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(716)	(8.098)	-	-	-	(1.035)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.687	87.781	-	-	-	12.317
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(215)	(4.876)	(105)	(157)	(175)	(167)
Material	(5)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.342)	(4.138)	(60)	(67)	(157)	(840)
Outras despesas operacionais	(21)	(1.370)	(0)	(0)	(0)	(139)
Custos e Despesas	(1.583)	(10.385)	(165)	(224)	(333)	(1.147)
Depreciação e amortização	(869)	(11.338)	(5)	(8)	(6)	(1.271)
Custos, Despesas e D&A	(2.452)	(21.723)	(171)	(233)	(339)	(2.418)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.235	66.059	(171)	(233)	(339)	9.899
Resultado de equivalência patrimonial	-	591	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	73	807	55	43	3.678	46
Despesas financeiras	(238)	(10.806)	(1)	(1)	(20.096)	(633)
Juros incorridos	(215)	(7.172)	-	-	-	(550)
Variações monetárias e cambiais	(7)	(2.974)	-	-	-	(66)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(16)	(660)	-	-	-	(16)
Resultado financeiro	(164)	(9.999)	54	42	(16.418)	(586)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	4.070	56.651	(117)	(190)	(16.757)	9.313
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.379)	(5.230)	-	-	-	(477)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.691	51.421	(117)	(190)	(16.757)	8.835
EBITDA	5.104	77.396	(165)	(224)	(333)	11.170
Margem EBITDA	76,3%	88,2%	-	-	-	90,7%

5.8. DRE Regulatório 9M20 (Subsidiárias)

DRE Regulatório	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	26.740	291.335	-	-	-	40.554
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	1.298	-	-	-	110
Parcela variável	(31)	(521)	-	-	-	(719)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	26.709	292.112	-	-	-	39.944
PIS e COFINS	(1.092)	(13.950)	-	-	-	(1.454)
ISS	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.194)	(10.683)	-	-	-	(1.563)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(2.286)	(24.633)	-	-	-	(3.017)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.423	267.479	-	-	-	36.927
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(446)	(15.009)	(258)	(437)	(544)	(1.837)
Material	(11)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(3.680)	(10.829)	(197)	(202)	(363)	(2.337)
Outras despesas operacionais	(7)	(3.541)	(11)	(12)	(13)	(212)
Custos e despesas	(4.145)	(29.379)	(466)	(651)	(920)	(4.386)
Depreciação e amortização	(2.608)	(33.813)	(16)	(25)	(19)	(3.799)
Custos, Despesas e D&A	(6.753)	(63.191)	(482)	(675)	(939)	(8.184)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	17.670	204.288	(482)	(675)	(939)	28.743
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.599	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	197	2.187	167	207	15.128	146
Despesas financeiras	(787)	(22.288)	(13)	(18)	(45.881)	(2.232)
Juros incorridos	(707)	(17.456)	-	-	-	(2.092)
Variações monetárias e cambiais	(33)	(3.099)	-	-	-	(94)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(47)	(1.733)	-	-	-	(47)
Resultado financeiro	(590)	(20.101)	154	189	(30.752)	(2.086)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	17.081	186.786	(328)	(486)	(31.691)	26.657
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.787)	(19.644)	-	-	-	(1.325)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.294	167.142	(328)	(486)	(31.691)	25.331
EBITDA	20.278	238.100	(466)	(651)	(920)	32.541
Margem EBITDA	83,0%	89,0%	-	-	-	88,1%

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

	R\$ MM	3T20	3T19	Var. %	9M20	9M19	Var. %
Lucro Líquido		631,9	357,8	76,6%	1.433,9	824,8	73,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social		109,8	45,9	139,1%	285,8	116,4	145,6%
Despesas Financeiras Líquidas		119,3	48,8	144,4%	282,6	184,6	53,1%
Depreciação e Amortização		4,6	3,8	21,6%	12,1	10,4	16,6%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	0,0	0,0%	-	(9,8)	0,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(207,4)	(80,2)	158,5%	(478,4)	(204,8)	133,6%
EBITDA		658,2	376,1	75,0%	1.536,1	921,5	66,7%
Margem EBITDA		69,9%	62,9%	7,0 bps	64,3%	67,4%	-3,0 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

	R\$ MM	3T20	3T19	Var. %	9M20	9M19	Var. %
Lucro Líquido		165,5	211,1	-21,6%	562,4	620,0	-9,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social		3,9	15,0	-74,3%	55,1	94,6	-41,8%
Despesas Financeiras Líquidas		118,6	47,9	147,8%	280,5	182,1	54,0%
Depreciação e Amortização		61,9	49,4	25,1%	179,5	145,5	23,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(32,2)	(48,2)	-33,1%	(130,3)	(146,7)	-11,2%
EBITDA		317,6	275,2	15,4%	947,1	895,5	5,8%
Margem EBITDA		82,9%	82,9%	-0,1 pp	82,9%	84,9%	-2,0 pp

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	3T20			
	R\$ mil	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.789.887	-	1.789.887
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-
Clientes		183.129	(15.102)	198.231
Ativo contratual de concessão		991.582	991.582	-
Impostos e contribuições sociais		120.517	-	120.517
Cauções e depósitos vinculados		11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-
Dividendos e JCP a receber		119.684	-	119.684
Estoque		11.701	-	11.701
Outras contas a receber		141.779	-	141.779
Total do Ativo Circulante		3.358.290	976.480	2.381.810
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante		9.493	-	9.493
Ativo contratual de concessão		7.557.714	7.557.714	-
Tributos Diferidos		-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos		-	(17.818)	17.818
Impostos e contribuições sociais		-	-	-
Investimentos		2.511.421	850.336	1.661.085
Clientes		19.603	-	19.603
Depósitos judiciais		36.413	-	36.413
Instrumentos financeiros derivativos		195.116	-	195.116
Outras contas a receber		39.316	-	39.316
Imobilizado		23.661	(5.960.400)	5.984.061
Intangível		85.517	(175.991)	261.508
Direito de uso		30.422	30.422	-
Total do Ativo Não Circulante		10.508.676	2.284.263	8.224.413
Total do Ativo		13.866.966	3.260.743	10.606.223
Passivos				
Fornecedores		66.115	-	66.115
Impostos e contribuições sociais		54.331	-	54.331
Empréstimos e financiamentos		117.583	-	117.583
Debêntures		524.568	-	524.568
Passivo de arrendamento		9.269	9.269	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-
Dividendos e JCP a pagar		15	-	15
Taxas regulamentares		60.799	-	60.799
Outras contas a pagar		93.463	31.637	61.826
Total do Passivo Circulante		926.143	40.906	885.237
Empréstimos e financiamentos		964.038	-	964.038
Debêntures		4.986.140	-	4.986.140
Passivo de arrendamento		24.652	24.652	-
Instrumentos financeiros derivativos		26.501	-	26.501
Impostos e contribuições diferidos		595.934	510.252	85.682
Tributos diferidos		475.321	475.321	-
Provisão para contingências		37.193	2.594	34.599
Provisão para desmobilização de ativos		461	461	-
Obrigações especiais		-	(11.588)	11.588
Fornecedores		12.567	-	12.567
Outras contas a pagar		49.646	-	49.646
Total do Passivo Não Circulante		7.172.453	1.001.692	6.170.761
Patrimônio Líquido		-	-	-
Capital social realizado		3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital		598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros		1.224.261	-	1.224.261
Dividendos adicionais propostos		-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(9.586)	-	(9.586)
Reserva AFAC		-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio		(521.025)	-	(521.025)
Prejuízos acumulados		-	1.342.341	(1.342.341)
Resultado do período		1.433.949	871.575	562.374
Atribuído a participação dos acionistas controladores		5.768.370	2.218.145	3.550.225
Participação de acionistas não controladores		-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		5.768.370	2.218.145	3.550.225
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		13.866.966	3.260.743	10.606.223

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	IFRS	
	R\$ mil	3T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		1.433.949
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial		(478.419)
Depreciação e amortização		5.637
Amortização de direito de uso		6.465
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		6.332
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		-
Receita de aplicações financeiras		(32.963)
Custo Implementação - provisão fornecedores		641.579
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ		170.572
Juros e variações monetárias sobre debêntures		273.725
Juros passivo de arrendamento		2.139
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		(141.466)
Imposto de renda e contribuição social correntes		28.336
Imposto de renda e contribuição social diferidos		257.490
Tributos diferidos		100.177
Remuneração do ativo contratual de concessão		(476.981)
Correção monetária do ativo contratual de concessão		(514.126)
Receita de Implementação de Infraestrutura		(1.107.106)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-
Provisão (Reversão) para parcela variável		(372)
		174.968
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(47.958)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		761.583
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		(5.060)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		(94.255)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(657.371)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		(9.234)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		16.785
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		209.821
		174.311
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		349.279
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.659)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		319.620
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		2.410.949
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(13.278)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		(765.131)
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(195.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		1.437.540
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos		446.740
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(248.657)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(13.685)
Captação de debêntures		724.513
Pagamento de debêntures - principal		(287.669)
Pagamento de debêntures - juros		(80.474)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(9.832)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		8.688
Pagamento de passivo de arrendamento		(6.675)
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		(582.784)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		(49.835)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		
		1.707.325
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		82.562
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.789.887
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.707.325

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	Regulatório	
	R\$ mil	3T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		562.374
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial		(130.321)
Depreciação e amortização		179.512
Amortização de direito de uso		-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		6.332
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		-
Receita de aplicações financeiras		(32.963)
Custo Implementação - provisão fornecedores		-
Juros, var monet e cambiais liq e mtr sobre emprest e Financ		170.572
Juros e variações monetárias sobre debêntures		273.725
Juros passivo de arrendamento		-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		(141.466)
Imposto de renda e contribuição social correntes		28.336
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26.726
Tributos diferidos		-
Remuneração do ativo contratual de concessão		-
Correção monetária do ativo contratual de concessão		-
Receita de Implementação de Infraestrutura		-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-
Provisão (Reversão) para parcela variável		(372)
		942.455
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes	Variações nos ati	(47.958)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		(5.060)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		(94.255)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(15.792)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		(9.234)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		25.775
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		209.821
		63.297
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.005.752
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.659)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		976.093
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	Fluxo de caixa de	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		2.410.949
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(676.426)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		(765.131)
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(195.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		774.392
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	Fluxo de caixa de	
Captação de empréstimos e financiamentos		446.740
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(248.657)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(13.685)
Captação de debêntures		724.513
Pagamento de debêntures - principal		(287.669)
Pagamento de debêntures - juros		(80.474)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(9.832)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		8.688
Pagamento de passivo de arrendamento		-
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		(582.784)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		(43.160)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.707.325
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		82.562
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.789.887
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.707.325

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.